



Biblioteca da Assembleia da República

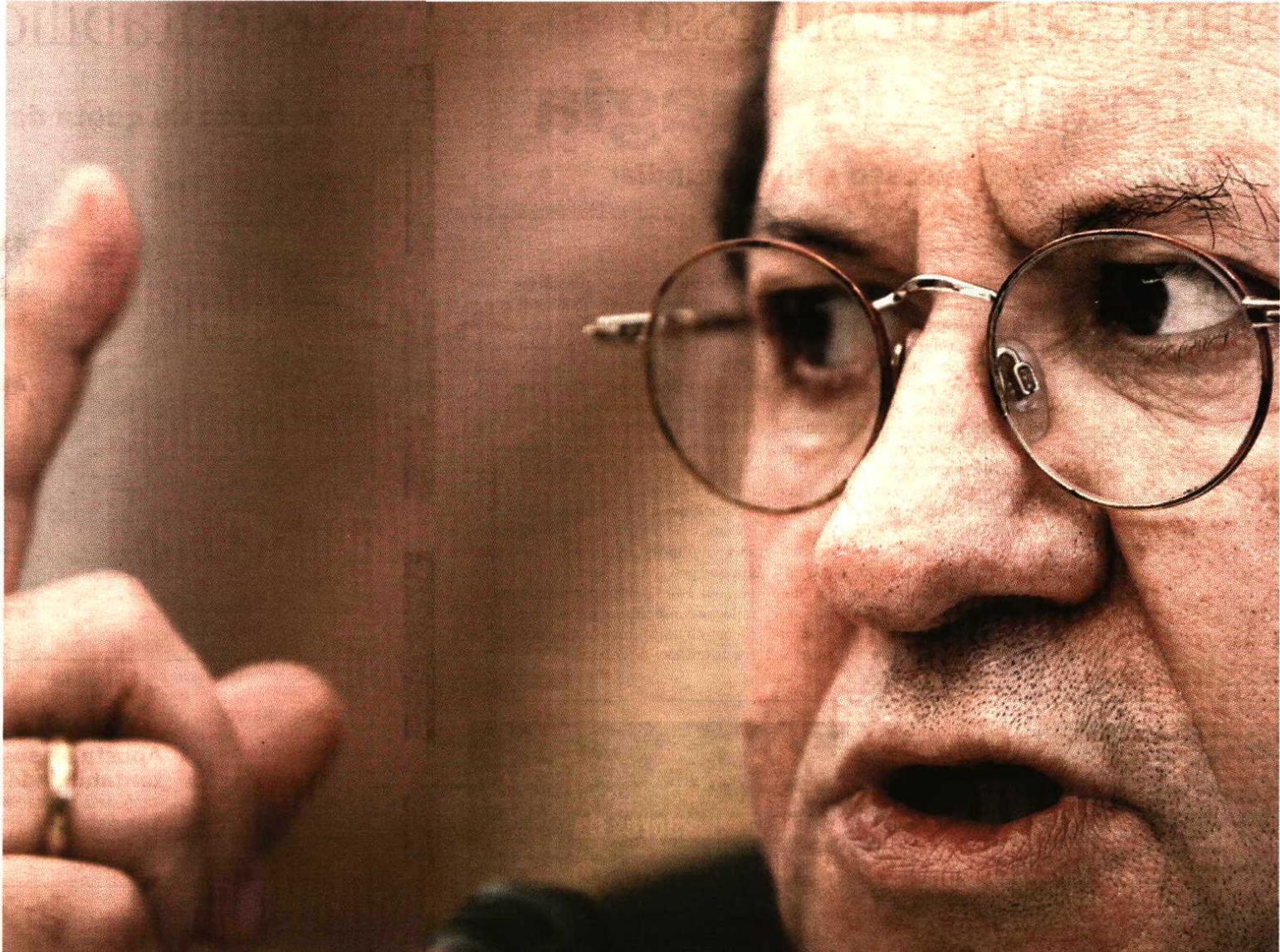
DOSSIER DE IMPRENSA

- 1 - Correio da Manhã, 19-06-2009, Confirmada ordem de venda
- 2 - Sol, 19-06-2009, Audição
- 3 - 24 Horas, 19-06-2009, Gestores do BPN preparam a venda
- 4 - Sol, 19-06-2009, PCP entrega denúncia sobre BdP
- 5 - Sol, 19-06-2009, 'Furacão' faz últimas buscas
- 6 - Sol, 19-06-2009, Mistérios do BPN
- 7 - Sol, 19-06-2009, As sondagens falharam?
- 8 - Sol, 19-06-2009, Sol...& Sombra
- 9 - Semanário, 19-06-2009, Sócrates seca Ferreira Leite e tenta reduzir legislativas à escolha do primeiro-ministro
- 10 - Sol, 19-06-2009, Marcianos
- 11 - Jornal de Negócios, 19-06-2009, Angolanos ficaram com 3% do capital do Finibanco - Entrevista a Humberto Costa Leite
- 12 - Semanário, 19-06-2009, Finanças defendem mais concentração no sector da banca
- 13 - Jornal de Negócios, 19-06-2009, Governo já deu orientações para vender o BPN
- 14 - Diário Económico, 19-06-2009, Caso BPN - Finanças já deram instruções para privatizar o BPN
- 15 - Jornal de Negócios, 19-06-2009, Evidências
- 16 - Jornal de Negócios, 19-06-2009, Linha de Água
- 17 - Jornal de Negócios, 19-06-2009, Editorial - Menos Estado, Melhor Estado?
- 18 - Público, 19-06-2009, Venda do BPN já foi ordenada e Efi sa está em fase de alienação
- 19 - Diário Económico, 19-06-2009, Bancos pequenos mais expostos à concentração da banca nacional
- 20 - Vida Económica, 19-06-2009, O arrasto na Bolsa de Lisboa
- 21 - Público, 19-06-2009, Sobe e desce
- 22 - Jornal de Notícias, 19-06-2009, Clientes ameaçam com publicidade e tribunal
- 23 - Jornal de Notícias, 19-06-2009, Governo já deu orientações para a venda do BPN
- 24 - Jornal de Notícias, 19-06-2009, Deputados repudiam críticas do primeiro-ministro
- 25 - Diário de Notícias, 19-06-2009, Supervisão falhada
- 26 - Diário de Notícias, 19-06-2009, Buraco do BPN atinge os 1,8 milhões de euros
- 27 - Meia Hora, 19-06-2009, Coimbra diz que Oliveira e Costa foi bem afastado



BPN Confirmada ordem de venda

● O ministro das Finanças revelou ontem que já há uma ordem de venda para o BPN. "O conselho de administração está a implementar esse caminho para suscitar ofertas de mercado", disse o ministro, que reiterou a opinião de que "esta é a melhor opção". Teixeira dos Santos afirmou ainda que o Estado não injectou dinheiro no BPN.



Audição. O governador do Banco de Portugal foi mais uma vez à Assembleia da República, na segunda-feira, para ser ouvido pela Comissão de Inquérito à supervisão no caso BPN. Vítor Constâncio admitiu **«alguma ingenuidade»** face às intenções do antigo presidente do banco, Oliveira e Costa, mas

rejeitou que a nacionalização da instituição financeira tenha sido precipitada por falhas de supervisão. Constâncio pediu **«punições exemplares»** para quem praticou fraudes, frisou que as perdas relacionadas com a nacionalização deverão ser inferiores a mil milhões de euros e chamou o deputado Nuno Melo de **«ignorante»** por este

ter referido, na campanha eleitoral das eleições europeias, que as imparidades no banco eram de 2,5 mil milhões de euros. A troca de 'galhardetes' com o deputado centrista foi uma das imagens de marca da audição, com Nuno Melo a pedir a Constâncio que se contivesse, uma vez que **«já não é secretário-geral do PS»**. | ANDRÉ KOSTERS/LUSA



TIAGO PETINGALUSA

GOVERNO TEM PALAVRA FINAL NO NEGÓCIO

Gestores do BPN preparam a venda

O ministro das Finanças disse ontem no Parlamento que a actual administração que está a gerir o BPN está já a preparar tudo para serem recebidas as eventuais propostas de interesse na compra do banco, que foi nacionalizado. Teixeira dos Santos deixou esta informação no meio de uma discussão sobre quem tem poder para decidir o futuro da instituição, afirmando que esta "é uma decisão do poder executivo", ou seja do Governo.

Isto depois de alguns deputados terem dito que tal como se pronunciaram sobre a nacionalização terão de dizer uma palavra sobre a alienação.

O ministro disse que será seguida a lei. Recorde-se que o BPN foi nacionalizado, ou seja, se houver venda esta deverá seguir, em princípio, as regras da alienação de participações sociais do Estado, com decisão tomada pelo Conselho de Ministros.

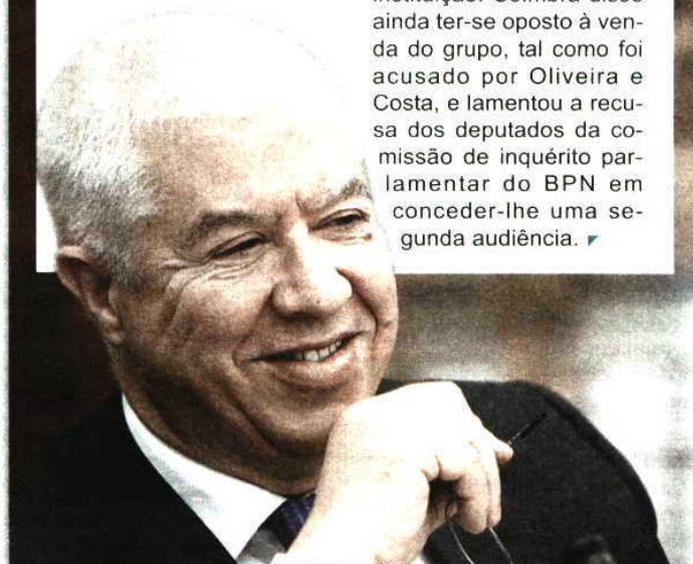
O "futuro do BPN não é objecto desta comissão",

explicou a presidente da comissão parlamentar ao caso BPN, Maria de Belém, dando razão ao ministro mas merecendo protestos dos deputados.

Joaquim Coimbra fala em vingança de Costa

Ainda ontem, o accionista de referência da SLN Joaquim Coimbra disse não se arrepender de ter afastado Oliveira e Costa do grupo e que a intervenção do ex-banqueiro no Parlamento se traduziu num "conjunto de invenções, mentiras e insinuações" para se vingar desse afastamento.

Em carta, Coimbra disse que Oliveira e Costa "individualizou" contra a sua pessoa "toda a animosidade em relação aos accionistas do grupo". "Não me arrependo de o ter feito". O accionista acrescenta que a sua intervenção para demitir Oliveira e Costa "não foi um acto individual", mas resultou de uma "decisão colectiva" tomada por um grupo de accionistas para "conferir transparência à instituição. Coimbra disse ainda ter-se oposto à venda do grupo, tal como foi acusado por Oliveira e Costa, e lamentou a recusa dos deputados da comissão de inquérito parlamentar do BPN em conceder-lhe uma segunda audiência. ▽





PCP entrega denúncia sobre Bdp

O PCP entregou ontem uma denúncia sobre a actuação de uma série de administradores do Banco de Portugal por causa do caso BPN ao ministro da tutela, Fernando Teixeira dos Santos. O deputado Honório Novo já tinha anunciado, no início da semana, a entrega de uma denúncia semelhante ao Banco de Portugal, na sequência das audições feitas na Assembleia da República acerca da supervisão do organismo liderado por Vítor Constâncio ao BPN. Honório Novo não quis revelar nomes, mas a maior parte são os mesmos que já tinha referido ao SOL há cerca de dois meses, quando admitiu enviar ao Ministério Público uma queixa sobre prestação de falso testemunho de administradores do Banco de Portugal perante os deputados.

Helena Pereira

'Furacão' faz últimas buscas

Investigação está na recta final e analisa agora **os casos mais complexos, como a Visabeira**

Felícia Cabrita

felicia.cabrira@sol.pt

O CASO da Visabeira é um dos mais complexos na 'Operação Furacão', tendo a sua análise demorado mais tempo, o que levou a que só esta semana tenham sido realizadas as respectivas buscas.

As diligências levadas a cabo esta terça-feira – na sede em Viseu, na delegação de Lisboa e nas residências de administradores daquele grupo empresarial – visou encontrar documentação que permita reconstituir o 'caminho' das transacções financeiras que, segundo os indícios disponíveis, apontam para facturação falsa e fuga ao Fisco.

O esquema detectado baseia-se na simulação de transacções entre empresas portuguesas e sociedades fictícias criadas em Inglaterra. Um esquema comum detectado pela investigação

noutras empresas que, desta forma, ocultavam lucros e defraudavam o Fisco. Em causa está a facturação dos anos de 2000 a 2005 e, das 50 empresas do grupo Visabeira, 10 participavam neste circuito.

Ao contrário da maioria dos casos até agora conhecidos, em que o esquema fraudulento foi 'disponibilizado' por bancos (estão sob investigação o BPN, o BCP, o BES e o Finibanco), no caso da Visabeira os investigadores partiram de um conjunto de documentos já há algum tempo apreendidos no escritório de um grupo de advogados, que montava as *offshores* e forjava a facturação. As facturas seguiam para empresas fictícias criadas em Inglaterra, que as 'devolviam' ao grupo empresarial simulando prestações de serviços. Criava-se, assim, um resultado contabilístico fictício que fa-



Fernando Nunes, presidente do grupo Visabeira

zia baixar os lucros anuais e obter um abatimento nos respectivos impostos.

Além disso, o que tornou ainda mais complexo o esquema foi a utilização de um sistema de *trading*. As sociedades inglesas apresentavam-se como compradoras de um determinado serviço que voltavam a vender com uma margem de lucro muito superior – e o diferencial

era encaminhado para uma *offshore*.

As diligências desta semana visaram apenas a Visabeira. O crime principal em causa, segundo anunciou a Procuradoria, é o de «**fraude fiscal qualificada**», mas haverá «**outros ilícitos**».

A Visabeira, liderada por Fernando Nunes, é um dos grupos empresariais portugueses que maior sucesso re-

gistou nos últimos 20 anos, tendo entre os accionistas a Caixa Geral de Depósitos e a AICEP. Partindo do sector das telecomunicações, o grupo tem hoje negócios em vários sectores, como o imobiliário, o turismo e a energia. Neste momento, tem o exclusivo da instalação da fibra óptica e, em Viseu, é proprietária do conhecido Palácio do Gelo. Mais recentemente, tem sido um dos 'parceiros' preferenciais do Governo na intervenção em empresas em situação de falência, comprando o respectivo capital (como foi o caso da cerâmica Bordallo Pinheiro e, mais recentemente, na Qimonda).

A investigação do 'Furacão', iniciada em 2004, está praticamente concluída. Tem cerca de 450 arguidos (150 são empresas), estando a cargo de uma equipa de elementos da Inspeção Tributária e de magistrados do

Ministério Público (MP) coordenada pelo procurador Rosário Teixeira. Até agora, foram recuperados pelo Fisco cerca de 60 milhões de euros em impostos – relativos a cerca de 40 empresas arguidas no processo para as quais, graças à regularização fiscal, o MP propõe a suspensão provisória e posterior arquivamento do procedimento criminal caso não reincidam nos próximos dois anos.

Após as férias judiciais, segundo o SOL apurou, a equipa – que tem sido reduzida – deverá começar a ouvir os administradores dos bancos envolvidos, podendo ser constituídos novos arguidos. Serão também chamados a prestar declarações os administradores de outras empresas arguidas e respectivos gestores, como a Mota-Engil e a Soares da Costa, Joe Berardo e Horácio Roque.



19-06-2009

Tiragem: 64805

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 15

Cores: Cor

Área: 16,77 x 4,52 cm²

Corte: 1 de 1



Mistérios do **BPN**

FARIA de Oliveira, presidente da CGD, Tomás Correia, presidente do Montepio e ex-CGD, ou João Costa Pinto, presidente da Caixa Central de Crédito Agri-

cola e ex-CGD – qual dos três dará o primeiro passo para apresentar uma proposta de compra do BPN, eis o grande mistério que se põe agora. E há quem

diga que a directriz pode vir ainda de outro sítio, o BCP – cujos actuais administradores pontificaram sobre todos, quando estavam na CGD.

As sondagens falharam?

AS SONDAGENS pré-eleitorais 'falharam' nestas eleições europeias e logo se levantou um coro de vozes classificando como incompetentes as 'empresas de sondagens'. Não tenho a mesma opinião, como tentarei demonstrar.

A grande causa destes 'falhanços' é a ideia absurda segundo a qual o que os eleitores dizem quinze dias antes ter que se verificar no dia das eleições.

Acresce que se nas sondagens pré-eleitorais o universo é o dos eleitores, no dia da eleição o universo é o dos votantes – coisas muito distintas. Perguntamos sempre aos eleitores se vão ser votantes, mas muitos abstencionistas não se assumem; por outro lado, se aceitamos que a escolha partidária mude, como não assumir que a decisão de votar não mude? Muitos abstencionistas decidem sê-lo no dia da eleição, tal como muitos escolherão o perfil do seu voto também no próprio dia. Nestas eleições, penso que a decisão foi tomada tardiamente.

POR outro lado, em muitas matérias as pessoas não têm opinião formada. Lamento dar esta má notícia: a população portuguesa há muito que deixou de ter opiniões e adesões cimentadas nesta 'matéria'. É, por isso, muito natural que só pensem no assunto no domingo de manhã. Quando as sondagens lhes batem à porta nos quinze dias antes, falam, quando muito, do partido de que se sentem mais próximos. No dia da eleição, decidem – estou a exagerar, de facto isso só acontece com uma percentagem do eleitorado; o problema é que ela é cada vez maior. Será culpa das gentes das sondagens?

QUE conluo desta eleição? Dois casos: o PS sobrevalorizado e o CDS subvalorizado. No primeiro, é fácil de entender: os simpatizantes PS condescenderam com um apoio ao partido, em casa, quinze dias antes,

António Salvador
Director-Geral
da Intercampus

quando ainda não tinham pensado muito. Mas a avaliação negativa do Governo e o reconhecido descalabro da candidatura do PS conduziram a uma situação intolerável para muitos. E, assim, cada qual decidiu: não votar, votar branco (duplicou o valor das últimas europeias), votar BE, votar CDU, votar MEP e, quem sabe, votar CDS.

Aí, e explicando o segundo caso, é possível que a fraca percentagem do CDS nas pré-eleitorais e a perspectiva de Nuno Melo não ser eleito, assim como a reconhecida competência que este candidato tinha demonstrado no Parlamento, na Comissão de inquérito ao caso BPN e BdP (dirigido, justamente, por um socialista histórico e muito criticado), tenham contribuído para alguma simpatia temporária, ou, de uma forma mais geral, tenham impulsionado um fenómeno raro que na Ciência Política é conhecido como o *underdog*: as pessoas votarem num candidato que não é o seu e que consideram ter um *score* pré-eleitoral injustamente baixo.

TERMINO com uma sugestão: vamos todos ser honestos intelectualmente e estudiosos de forma aprofundada do fenómeno eleitoral. Porque não encarregar um especialista independente e consensual, por exemplo financiado pela ERC, de estudar a diferença existente nas últimas eleições entre as sucessivas pré-eleitorais e o resultado final? Porque não fazê-lo de forma mais detalhada nas próximas legislativas, com análise através de um painel constituído para o efeito?

Se estivéssemos a falar de detergentes, era fácil encontrar um especialista independente e consensual. No caso das sondagens políticas é difícil. É mesmo azar...




CRISTIANO RONALDO

EM SEIS épocas no Manchester United, ganhou todos os troféus que havia para ganhar, a nível individual e colectivo. Agora, com 24 anos, tem tudo para brilhar no futebol espanhol, iniciar um novo ciclo de vitórias e títulos e deixar a marca do seu enorme talento no Real Madrid. Para já, soma mais um recorde ao seu invejável currículo: o da mais cara transferência de sempre de um jogador de futebol. O país é que está pouco habituado a ver um português no topo do mundo...



CAVACO SILVA

O RESULTADO das europeias alargou o seu espaço de intervenção e influência política. Soube utilizá-lo bem: no veto à despesista lei de financiamento dos partidos, na convocação do Conselho de Estado, no crítico discurso do 10 de Junho. E menos bem: no inédito imediatismo com que se congratulou pelo adiamento do TGV ou no comentário moralista que entendeu fazer aos 94 milhões de euros da transferência de Cristiano Ronaldo (os 60 milhões da contratação de Figo, em 2000, também lhe mereceram reparo?). Sinais, em qualquer dos casos, de que sente o acréscimo do seu peso político e do seu protagonismo.




VÍTOR CONSTÂNCIO

REAGIU com energia argumentativa e legítima combatividade política aos intensos e intermináveis interrogatórios a que tem sido sujeito na comissão parlamentar de inquérito. Mas atirar as culpas apenas para os reguladores, alegar ingenuidade e ilimitada crença do supervisor naqueles que é suposto fiscalizar, não detectar nem impedir o submundo de irregularidades que há muito se apontavam nos meios financeiros às práticas do BPN – tudo isso é o testemunho, ainda que involuntário, da permissividade consentida pelo Banco de Portugal e da incompetência da supervisão. Por mais atenuantes que invoque, a verdade é que falhou declaradamente no seu papel de supervisor.



MANUEL PINHO

OS NÚMEROS do desemprego não páram de aumentar, a Autoeuropa está de novo em risco e até as empresas amigas do Governo, como a J.P. Sá Couto ou a Visa-beira, são alvo de buscas judiciais. São tantos os problemas, a somar à derrocada eleitoral, que já não há papa Maizena que chegue para disfarçar a debilidade deste ministro.



José António Lima



A ESTRATÉGIA DOS SOCIALISTAS PARA AS LEGISLATIVAS

Sócrates seca Ferreira Leite e tenta reduzir legislativas à escolha do primeiro-ministro

FOMOS todos tomados de surpresa pela decisão popular. E o Partido Socialista foi mesmo o que mais surpresa teve, demonstrando que as sondagens não são confiáveis. E não se venha dizer que o que mudou foi o perfil dos abstencionistas, ou que esta aumentou bastante.

Bem pelo contrário, votaram muitos mais eleitores que nas últimas europeias e, contudo, a população não aumentou. Os cerca de 700 mil novos inscritos decorrem certamente do mecanismo automático de inscrição nas Juntas de Freguesia como cidadãos eleitores dos maiores de 18 anos que façam o novo Bilhete de Identidade. Claro que o crescimento tecnológico não justifica uma cidadania mais activa dos cidadãos que legitimamente não quiseram votar e que não irão votar, mesmo tendo a sua situação regularizada.

Deste modo, tirar ilações dos indecisos que não estiveram nas europeias para as legislativas poderá ser um exercício especulativo.

Ninguém fez uma sondagem sobre os indecisos – e teria que ser com uma base bem

um milhão de votos, mostrando o núcleo duro do PS a diminuir –, o PS não soube reagir imediatamente e perdeu várias oportunidades, tendo aparecido esta semana na Moção de Censura apresentada pelo CDS e depois na entrevista de quarta-feira do primeiro-ministro na SIC a tentar emendar a mão.

Se o PS tivesse percebido a tempo o desastre da sua política e o nível elevado de descontentamento que há na população certamente que, logo na noite das eleições, o primeiro-ministro, ou teria apresentado a sua demissão, avançando para um novo congresso do PS que o legitimaria ou para não correr o risco de um governo de iniciativa presidencial para 100 dias – como Eanes fez a Soares usando Lourdes Pintasilgo –, ou teria avançado com uma remodelação imediata dos seis ministros mais visados, a quem responsabilizaria pelo que correu mal.

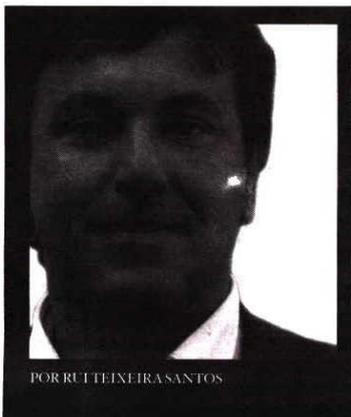
A hesitação do PS galvanizou o PSD

Ao ter ficado calado e sem iniciativa, sendo visível o embaraço e a surpresa, o PS

ming da política tem custos adicionais para as empresas e no caso para os consórcios que realizaram já investimentos colocados para se candidatarem de boa fé aos concursos abertos pelos governos. É por isso que a ineficiência na nossa economia é sempre pior, porque os concursos avançam e param e os políticos, que nunca geriram nenhuma empresa, irresponsavelmente não olham para os custos adicionais que provocam nas empresas com as suas decisões.)

E que espaço é que lhe restava? Não era certamente o disparate da viragem à esquerda ou a correção do discurso social falhado, como defendia Alberto Costa no debate da moção de censura. Nem mesmo a continuação obstinada na provincialiana ideia que a afirmação da autoridade do Estado passa pela crispação, autismo e arrogância do Governo – bem pelo contrário, nunca houve em Portugal um período com políticos tão desacreditados, como o actual.

Mais do que aparecer paciente e moderado ou de reconhecer falhas na governação – coisa que aliás não cola com o seu es-



POR RUI TEIXEIRA SANTOS



feita de mais de 10 mil pessoas e depois estudadas as orientações de voto dos que disserem que se abstiveram ou votaram em branco nas europeias – para saber ler o que se vai passar daqui a três meses.

Tradição portuguesa: quem ganha as europeias ganha as legislativas

Mas há uma tradição que nunca foi interrompida em Portugal: quem ganha as europeias em Portugal, ganha, sempre, com uma maioria ampliada, as Eleições Legislativas seguintes. Sempre foi assim em Portugal desde que há eleições para o Parlamento Europeu.

Esta é a única regra para as próximas legislativas que pode ser evocada para já e nesse sentido, como escrevemos a semana passada, o primeiro-ministro e o PS já perderam as legislativas, se nada de extraordinário acontecer.

E o problema é que, em face da surpresa do resultado das eleições europeias, os socialistas não tinham discurso para uma derrota tão humilhante como aparentemente definitiva – o PS perdeu mais de 18% relativamente às últimas europeias e pela primeira vez na sua história teve menos de

permitiu que o silêncio funcionasse como catalisador de uma dinâmica de vitória no PSD, sem que Paulo Rangel ou Ferreira Leite nada fizessem ou mercessem – como defenderam alguns comentadores.

E deu ainda espaço para que o próprio Presidente da República aparecesse em cena enunciando um verdadeiro programa de governo alternativo à maioria absoluta socialista, orientado para o relançamento económico e disciplina financeira, baseado ainda no investimento público, mas orientado para pequenas obras cujo efeito multiplicador é superior ao das grandes obras públicas – que muitas vezes têm impactos negativos na economia, sobretudo se forem fortemente dependentes de equipamento, mão-de-obra e tecnologia importadas.

Percebido o erro da demora e sobretudo do espaço deixado à oposição e ao Presidente da República – aliás ambos cavalgando sobre a necessidade de adiar para depois das eleições a adjudicação dos concursos relativos ao TGV e terceira ponte sobre o Tejo, José Sócrates reuniu o órgão máximo do partido no Rato e partiu para a ocupação do espaço que lhe restava.

(Há que referir neste particular que o ti-



tilo determinado e voluntarioso, com linguagem de Escola de Gestão que não passa no eleitorado (George Bush nos EUA teve o mesmo problema mesmo quando decidia bem) –, o primeiro-ministro percebeu que o caminho que lhe restava era, por um lado, secar os discursos alternativos de Cavaco Silva e de Ferreira Leite e, por outro lado, evitar a fractura ideológica – exactamente ao contrário do que os comentadores próximos do PS dizem, para manter distraída a esquerda.

É que José Sócrates sabe perfeitamente que as eleições se ganham ao centro, mesmo sendo certo que uma maioria absoluta é totalmente despropositada ou impossível nas próximas legislativas, depois destas europeias.

O tempo corre contra o primeiro-ministro

Por outro lado, tem consciência que, apesar da crise já estar a chegar ao fim, os efeitos no emprego serão permanentes e se agravarão nos próximos meses, e que a pressão das máquinas da Justiça, do Fisco e da Segurança Social, sem controlo por parte do Governo, incomodarão as elites e, sobretudo, prejudicarão pró-ciclicamente as empre-

sas mais deprimidas e necessitadas de apoio, sobretudo as PME empregadoras, anulando totalmente qualquer pacote de relançamento anunciado (é curioso como "o feitiço se virou contra o feiticeiro").

A vantagem de ser governo é a de poder realizar, enquanto a oposição apenas pode criticar ou prometer. E – não podendo fazer já nada para contrariar a crise depois do fracasso da sua opção por medidas sociais e aumento irresponsável dos salários da função pública – é exactamente esta vantagem que Sócrates ainda vai aproveitar esta semana -, marcando um rumo para os próximos três meses de campanha e volvido mais de oito dias de grande desorientação no PS.

E a primeira decisão nesse sentido foi exactamente o recuo no TGV.

O PS percebeu que quem faz a campanha à direita do ponto de vista programático é o Presidente da República que, em eventual benefício do Ferreira Leite, inclusivamente vai tentar marcar as legislativas e as autárquicas para a mesma data, algures no final de Setembro. O PS sabe que essa foi sempre a agenda de Belém, que inclusivamente não descarta um Bloco Central - o cenário ideal para a recandidatura presidencial de Cavaco Silva dentro de dois anos.

E, portanto, aproveitando o facto de ser governo, vai tentar colar-se a todas as exigências de Cavaco Silva, exactamente para secar o discurso alternativo de Ferreira Leite. Até agora Cavaco sugeria e Ferreira Leite di-



zia que concordava. A partir de agora e nos próximos três meses, o Presidente sugere e o Governo faz, secando completamente o espaço de manobra e silêncio de Ferreira Leite, até que Cavaco Silva se cale.

O Governo não adia o TGV e o concurso para a Aeroporto de Lisboa quando Rangel ou Ferreira Leite pedem. Mas duas horas depois do Presidente da República em Poaires pedir pequenas obras e bom senso no investimento público, o Governo recua com Mário Lino a anunciar que a adjudicação do TGV fica para o próximo Governo e depois Sócrates a dizer que um atraso de dois meses nem é significativo e permite o escrúpulo democrático. E ontem era a vez do Governo fazer que atrasava o concurso para o aeroporto de Alcochete alegadamente por causa do atraso no estudo de impacto ambiental.

O mesmo recuo já se verificou mesmo depois da entrevista de Sócrates, no sector financeiro, numa altura em que era certo o recurso a Belém nesta matéria. Enquanto Sócrates tentava explicar o injustificável no caso do abandono do BPP por parte das autoridades, sobretudo pela duplicidade de critérios relativamente aos clientes do

BPN, o Banco de Portugal já negociava uma solução para salvar a instituição e os clientes "do retorno absoluto", percebendo que o populismo contra os ricos já não passava, nem mesmo à esquerda e que Belém poderia pegar nessa bandeira para arrasar a governação socialista em nome da estabilidade e justiça no sistema financeiro.

Repare-se que o primeiro-ministro nem se justifica com o argumento presidencial, tal a sofisticação da estratégia, mas o resultado é o mesmo: tira o TGV, o novo aeroporto de Lisboa e até se prepara para tirar o BPP da agenda. (É provável que a reprivatização do BPN seja acelerada para evitar mais desgaste com a nacionalização.)

Note-se o que se passa: o Presidente pede, Ferreira Leite contesta, mas, finalmente quem faz, protege os portugueses e respeita a Democracia é o PS e o primeiro-ministro - seria a mensagem subliminar...

Reduzir a campanha à escolha do primeiro-ministro e calar Cavaco ou secar Ferreira Leite

Fazer as propostas da oposição e secar-lhe os discursos não é novo. Então, o que é que temos de novo na estratégia do primeiro-ministro e que é, de facto, inteligente como estratégia para sair do beco de uma derrota inevitável?

É que, ao secar o discurso político alternativo, as eleições legislativas ficam reduzidas à escolha do primeiro-ministro, da pessoa do primeiro-ministro: a escolha é entre José Sócrates e Ferreira Leite. De resto - mensagem subliminar - não há diferenças entre o PS e o PSD. (Aliás, foi curioso que, quando a entrevistadora na quarta-feira lhe perguntava pelo programa e pelas diferenças entre os grandes partidos, o primeiro-ministro tenha apenas dito que "o PS tem mais preocupações sociais" e aposta nas opções keynesianas da virtualidade temporária do aumento do investimento público para ajudar a sair de uma crise. Ora, o mais keynesiano dos primeiros-ministros portugueses foi exactamente Cavaco Silva - Cavaco usou o Consumo e o Investimento Públicos, bem como os Fundos Comunitários para desenvolver o país (com défice, betão e importações) e não apenas para combater crises económicas, como defendia Keynes! - e Ferreira Leite - aliás, como muitos os cavaquistas - está longe, muito longe, de ser liberal e de acreditar nas virtualidades do Estado Mínimo.

Isto é que é a novidade estratégica de José Sócrates. Foi apenas isto que foi dizer na sua entrevista à SIC, não querendo, nem necessitando, apresentar programa alternativo, como erradamente pediam os comentadores mesmo de direita. A mensagem de José Sócrates estudada era uma: os portugueses têm que escolher entre uma senhora que diz que as obras públicas só dão trabalho a imigrantes e o actual primeiro-ministro; os portugueses só têm que decidir entre quem pensa que o casamento é apenas para procriação e ele, José Sócrates, que não pensa assim. E neste particular, o primeiro-ministro foi, na entrevista à SIC, na quarta-feira, mais longe: "O PSD nem sempre foi tão pouco liberal nos costumes..."

É certo que Sócrates estava cansado e a mensagem ainda não passou ainda.

Mas é nisto que o PS se vai concentrar. O PSD e Belém têm que estar conscientes disto e não continuarem sentados na ilusão que José Sócrates não pode ainda sacar o tal efeito extraordinário, que não soube encontrar logo imediatamente a seguir à derrota eleitoral de 7 de Junho. |

SOL DE ESQUERDA

Marcianos

O TÍTULO mais imaginativo da semana foi proporcionado pelo mais vetusto dos nossos diários – *Europa refreia ambição marciana*.

A que se refere a extraordinária notícia? Por estranho que possa parecer, a Marte. A agência espacial europeia andava com ideias sobre o planeta vermelho, «mas as limitações financeiras obrigaram a instituição a repensar». Confesso não saber se é boa ideia. Isto de deixar Marte para mais tarde, preocupa-me.

É que, por cá, todas as boas novas de há uns meses são, afinal, promessas de tempestade no ar. A Terra está a ficar irrespirável e, desta feita, as razões não são de ordem ambiental. Por exemplo, os jornais de quarta-feira garantem que «Portugal registou em Maio a segunda taxa de inflação mais baixa da zona euro». Para quem costuma ser o segundo de baixo em tantos indicadores, esta lanterna quase vermelha encheria de sorrisos as depauperadas algibeiras deste país. Encheria, se a situação fosse normal. Finalmente, estaríamos em penúltimos sim, mas num item em que, melhor, só mesmo em último. Sucede que a economia é matreira e nem sempre o que parece é. Com efeito...

No mesmo dia, a imprensa especializada noticiava que «as despesas com a mão-de-obra desaceleraram no primeiro trimestre e estão abaixo da média face aos 27 países da UE». Para os patrões, este é o tipo de novidade que se costuma aplaudir de champanhe no copo, enquanto na sopa choram os que se encontram na posição assalariada. Mas, desta vez, nem para os amadores de espumante a nova se recomenda.

EIS por que me parece que Bruxelas fez mal em abandonar as suas ambições marcianas. Em Marte, tudo o indica, a vida corre melhor. É verdade que ela se esconde dos terráqueos. Mas suspeito que sobrevive com 4 ou 5 por cento de inflação e que os custos salariais aumentam sustentadamente. Se assim não fosse já



MIGUEL
PORTAS

Não sei qual a pior notícia desta malfadada quarta-feira: se a inflação negativa, que anuncia mais fechos de empresas nos próximos meses, se a queda nos custos salariais dos patrões, que reflectem as que fecharam no primeiro semestre deste ano

teríamos informações seguras sobre despedimentos e tumultos nesse planeta longínquo.

Seja como for, no mínimo, Bruxelas deveria ter transferido para o planeta Terra a ambição abandonada em Marte. Sobraria, aliás, um pedacito dela para este cantinho. É que não sei qual a pior notícia desta malfadada quarta-feira: se a inflação negativa, que anuncia mais fechos de empresas nos próximos meses, se a queda nos custos salariais dos patrões, que reflectem as que fecharam no primeiro semestre deste ano. Decididamente, a economia é matreira. Afinal, já sabíamos: como explicou o deputado João Semedo na comissão de inquérito ao BPN, «a melhor maneira de roubar um banco é administrá-lo»...

O SÁBIO: diz o diário de uma só letra que António Vitorino foi convidado pelo Governo para integrar o 'clube de sábios' que «vai lançar as bases do novo conceito estratégico da NATO». Muito bem. Com sábios assim é que a Aliança vai longe...



ID: 25595527

19-06-2009

HUMBERTO COSTA LEITE, PRESIDENTE EXECUTIVO DO FINIBANCO

Angolanos ficaram com 3% do capital do Finibanco

Humberto Costa Leite diz que foi bom o Banif ter acompanhado o aumento de capital e revela quem são os accionistas do Finibanco Angola

CELSO FILIPE cfilipe@negocios.pt

Está satisfeito com a forma como decorreu o aumento de capital?

Prevíamos fazer um aumento de 60 milhões de acções com um prémio de um 1,25 euros e um encaixe de 75 milhões de euros e isso foi conseguido. As acções que sobraram para rateio foram 600 mil e para essas tivemos uma procura superior a seis milhões. Portanto, o aumento de capital foi concretizado na íntegra.

Para quanto aumentou o 'free-float'?

Terá aumentando em sete, oito pontos percentuais, situando-se agora nos 20%. Isto, tendo em consideração que há accionistas que têm mantido a sua posição estável. Caso do Banif, que acompanhou este aumento de capital e até reforçou ligeiramente a posição.

Sente-se confortável com esta decisão do Banif?

Sinto satisfação por isso, porque o Banif é um banco prestigiado e nós sentimo-nos bem com accionistas que tenham prestígio. O facto de eles terem participado no aumento de capital foi bom para nós.

Para quanto é que a família Costa Leite reduziu a sua participação?

De 67% para 58%.

E este diferencial foi todo para 'free-float' ou permitiu a entrada de novos accionistas? Foi referenciado o interesse de investidores angolanos?

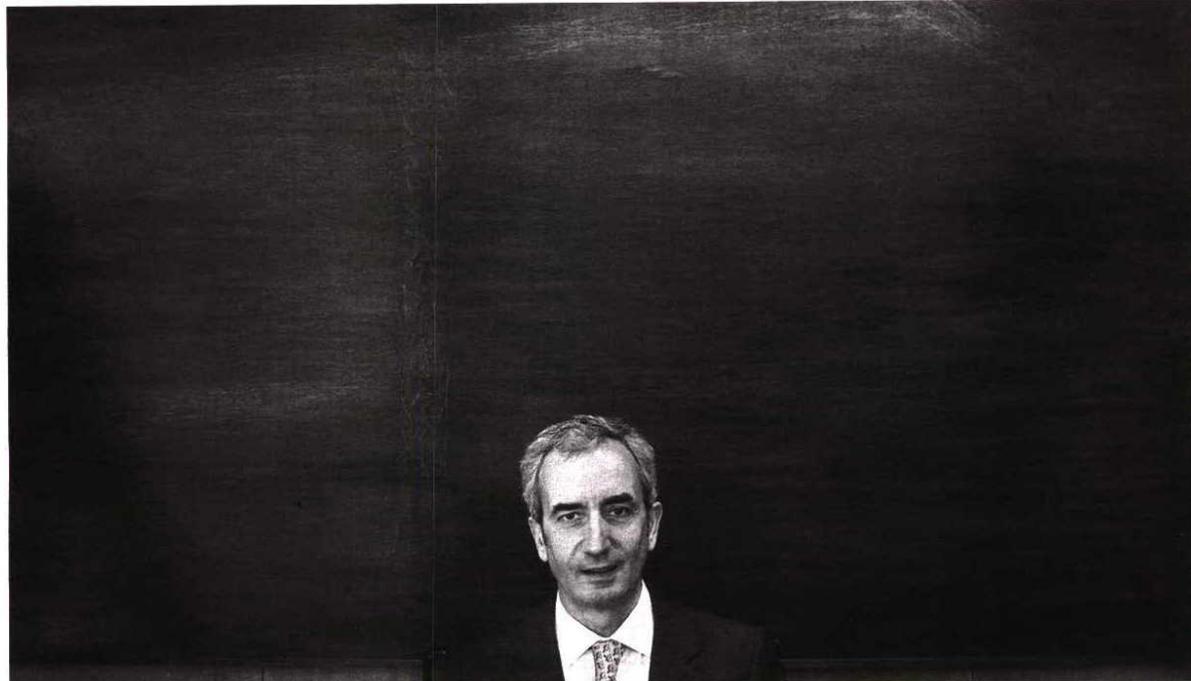
Houve a entrada de accionistas angolanos. Talvez não na dimensão que nós pretendíamos, até por algumas restrições que surgiram em Angola no que diz respeito a investimentos fora do País, mas conseguimos ter aqui alguns accionistas angolanos.

Quem?

Temos um que é também accionista do Finibanco em Angola, o ex-governador de Benguela, Dumilde Rangel, que ficou com uma posição aqui em Portugal. Depois há accionistas individuais e outro luso-angolano.

No seu conjunto, com quanto é que ficaram do capital?

Ainda não tenho os números totais mas admito que possam ter atingido uma posição de 3%.



Maior dispersão de capital | O Finibanco aumentou o seu 'free-float' para 20%, que era um dos objectivos deste aumento de capital.

Serão accionistas de longa duração?

Admito que o tenham feito numa perspectiva de investimento. Não estou a vê-los fazer isto numa perspectiva de "trading".

Depois desta operação, como é que ficam os rácios do banco?

O rácio do grupo, que para nós é o "Core Tier 1", porque não temos produtos elegíveis para o "Tier 1", ficou em 8,1% e o rácio total em 11,5%.

Após este encaixe de 75 milhões, quais são as prioridades do Finibanco?

A nossa ideia é fazer o aumento de capital do Finibanco em Angola de 10 para 18 milhões de dólares, o que está em curso. Depois, temos o próprio crescimento do volume de negócios em Portugal, existem as recomendações regulamentares de reforço do rácio e temos de nos preparar para, numa conjuntura destas, ter uma base sólida de capital.

O ano passado tiveram um prejuízo de 47 milhões de euros?

O prejuízo que tivemos foi na "holding", devido à carteira de acções: Galp e Sonae essencialmente. A actividade corrente do banco gerou um resultado positivo de quase nove milhões de euros. Pensamos que 2009 pode ser melhor do que o ano passado.

Além dos problemas estruturais há

Os reguladores têm desempenhado o seu papel da forma que o devem fazer.

questões, como os casos BPN e BPP, que afectaram a imagem da banca. Sentiram os efeitos disso?

O que se passou em termos de turbulência dos mercados e alguma desconfiança que possa ter existido em relação à banca, especialmente depois do que aconteceu nos EUA com a falência da Lehman Brothers, teve algum impacto a nível nacional. Mas depois penso que as autoridades reagiram muito bem à resolução das situações que foram aparecendo e neste momento julgo que a situação está ultrapassada.

A supervisão, por exemplo o Banco de Portugal e a CMVM, desempenharam bem as suas funções?

Penso que sim. Os reguladores têm desempenhado o seu papel da forma que o devem fazer.

“É muito provável que entremos na bolsa de Luanda”

Como é que está a correr a operação do Finibanco Angola?

Entrámos num período difícil, fechámos 2008 com um ligeiro prejuízo, mas desde Janeiro que começamos a ganhar dinheiro. Em Angola a nossa estratégia visa trabalhar com empresas portuguesas lá estabelecidas, potenciar os negócios externos angolanos e o de particulares que querem fazer as suas aplicações.

Quem são os accionistas angolanos do Finibanco Angola?

Os principais accionistas de Angola são José Leitão, Carlos Feijó [dois ex-membros da Casa Civil do presidente Eduardo dos Santos] e Simão Júnior, que fazem parte do grupo Gema. Depois temos Assunção Anjos, que foi embaixador em Portugal e actualmente é ministro das Relações Exteriores, o engenheiro Avelino João, presidente da Angola Telecom, Dumilde Rangel e mais uns pequenos accionistas.

São pessoas com muita influência em Angola.

Estamos satisfeitos com a qualidade dos accionistas, mas não podemos dizer que o banco capitaliza em cima da sua influência. Acho que não.

O que se diz frequentemente é que quem quer ir para Angola não escolhe os parceiros. São-lhe impostos.

Fomos para Angola porque o doutor José Leitão nos abordou nesse sentido. Portanto, foi ao contrário. E foi isso que acelerou a nossa ida para Angola.

Qual é a percentagem de capital detido por estes accionistas?

Situa-se ligeiramente acima dos 30%.

Quando a bolsa de Angola entrar em funcionamento, admitem a possibilidade de dispersar capital?

É uma oportunidade que irá ser estudada na altura, mas vejo-a como muito provável.

Pedro Elias



Angolanos ficaram com 3% no capital do Finibanco

O aumento de capital do Finibanco em 60 milhões de euros foi concretizado na íntegra, com um encaixe de 75 milhões. O resultado foi a entrada de investidores angolanos, com uma participação de 3%, revela Humberto Costa Leite, o presidente do banco, em entrevista ao **Negócios**. O "free float" da instituição aumentou para os 20%. **Empresas 12**

FUSÃO DOS PEQUENOS BANCOS OU O REGRESSO DA FUSÃO DO BPI/BCP?

Finanças defendem mais concentração no sector da banca

O secretário de Estado do Tesouro e das Finanças defendeu esta semana a necessidade de maior concentração no sector da banca em Portugal, considerando que existe "excesso de capacidade". Na sua mente poderá estar a fusão dos pequenos bancos em torno do Banif ou mesmo a fusão entre o BPI e o BCP. Carlos Costa Pina, que falava no encerramento do VII Fórum Banca e Mercado de Capitais, disse que a consolidação será uma das tendências depois da

actual crise, uma ideia já defendida pelo governador do Banco de Portugal, há duas semanas e de novo hoje, na participação que teve também neste evento.

"Parece-me uma evidência", disse Costa Pina, afirmando que "há excesso de capacidade do nosso sistema bancário".

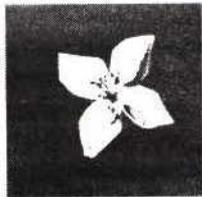
Carlos Costa Pina referiu-se ainda ao futuro do BPN, que foi nacionalizado, e do BPP, afirmando que "tanto num caso como noutro estarão muito brevemente clarificadas as evoluções dos dois bancos em que o Estado interveio".

O secretário de Estado disse ainda que "foi a crise financeira que acabou por fazer emergir as situações graves que existiam nestes bancos e que foram atempadas e oportunas as intervenções do Estado". Referindo-se às consequências da crise para a banca, Costa Pina considerou que "o sistema bancário português tem resistido com notável estabilidade" e referiu alguns elementos para sustentar esta opinião, como o facto de actualmente os bancos portugueses estarem a conseguir já financiar-se sem re-



curso ao aval do Estado e a preços inferiores aos de congéneres de países como Espanha, Itália, Reino Unido e outros.

O secretário de Estado anunciou ainda que o Ministério das Finanças está a preparar uma conferência internacional sobre o futuro da regulação e da supervisão, que se realizará em Lisboa, no início de Julho.



BPI

Sara Matos



TEIXEIRA DOS SANTOS

Governo já deu orientações para vender o BPN

Teixeira dos Santos anunciou ontem que o Governo já deu orientações ao conselho de administração do Banco Português de Negócios (BPN) para vender o banco. O ministro das Finanças adiantou, em declarações à comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, que o Governo transmitiu esta decisão na passada semana e que o conselho de administração já “está a trabalhar no sentido de implementar esse caminho e à luz da lei e do quadro legal existente”, partindo do pressuposto que há interesse de terceiros na aquisição do BPN.

Questionado sobre o facto de o Estado ter optado pela nacionalização do BPN em vez da SLN (Sociedade Lusa de Negócios), dona do banco, o ministro sustentou que esta hipótese poderia ser inconstitucional e constituir um “problema ainda maior do que o que temos

com a situação do banco.” O ministro defendeu que uma eventual nacionalização da SLN “servia os interesses do grupo e dessas empresas, mas não servia os interesses do Estado e do sistema financeiro”. O governante, durante a audição, recusou-se a abordar questões relacionadas com a supervisão. “Estou aqui na qualidade de ministro das Finanças, é nesta qualidade de devo responder”, afirmou. **AM**

negocios.pt

saiba mais



> Dossiê

Teixeira dos Santos e o BPN
Leia no online todas as explicações do ministro das Finanças.



Governo já ordenou
venda do BPN, revelou
Teixeira dos Santos aos
deputados **última 36**



DESTAQUE CASO BPN

Finanças já deram instruções para privatizar o BPN

Teixeira dos Santos recusou falhas de supervisão e garante que o Estado "não suportou um euro sequer".

Sandra Almeida Simões
e Maria Ana Barroso
sandra.simoes@economico.pt

Teixeira dos Santos revelou ontem no Parlamento que a administração de Francisco Bandeira já está a trabalhar na venda do BPN, recusou falhas de supervisão e garantiu que o Estado "não suportou um euro sequer".

O ministro das Finanças fechou ontem o ciclo de 55 audições da comissão de inquérito ao caso BPN reiterando a sua convicção na nacionalização como a melhor solução para "proteger o interesse dos depositantes", fundamentou a rejeição da nacionalização total da "holding" que controlava o grupo SLN e reafirmou a sua confiança na acção do Banco de Portugal, contestando falhas de supervisão.

Quanto ao futuro do banco nacionalizado, Teixeira dos Santos adiantou que a administração de Francisco Bandeira está já a trabalhar na privatização da instituição. "O conselho de administração [do BPN] está já a trabalhar na implementação desse caminho para, à luz da lei, suscitar os interesses e ofertas do mercado", adiantou o responsável pela tutela. De acordo com o ministro das Finanças, a semana passada, foi dada, por despacho do secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Costa Pina, (quer acompanhou o ministro na comissão) orientação à equipa de Francisco Bandeira para avançar com a venda do BPN. De resto, o ministro recordou que já recentemente tinha manifestado que a privatização seria a opção. "Isto na presunção de que haverá manifestações de interesse não formalizadas, mas em termos mediáticos", afirmou.

Teixeira dos Santos confirmou, mais uma vez, a defesa de interesse dos depositantes para sustentar a decisão da nacionalização. "Impedir uma crise sistémica que evoluiria para uma corrida dos clientes a outros bancos para salvar os seus depósitos era a prioridade", afirmou.

No que se refere à factura a pagar pelos contribuintes, o ministro garantiu que "até agora o Estado não suportou um euro sequer". Confrontado com os

Joaquim Coimbra ataca Oliveira Costa

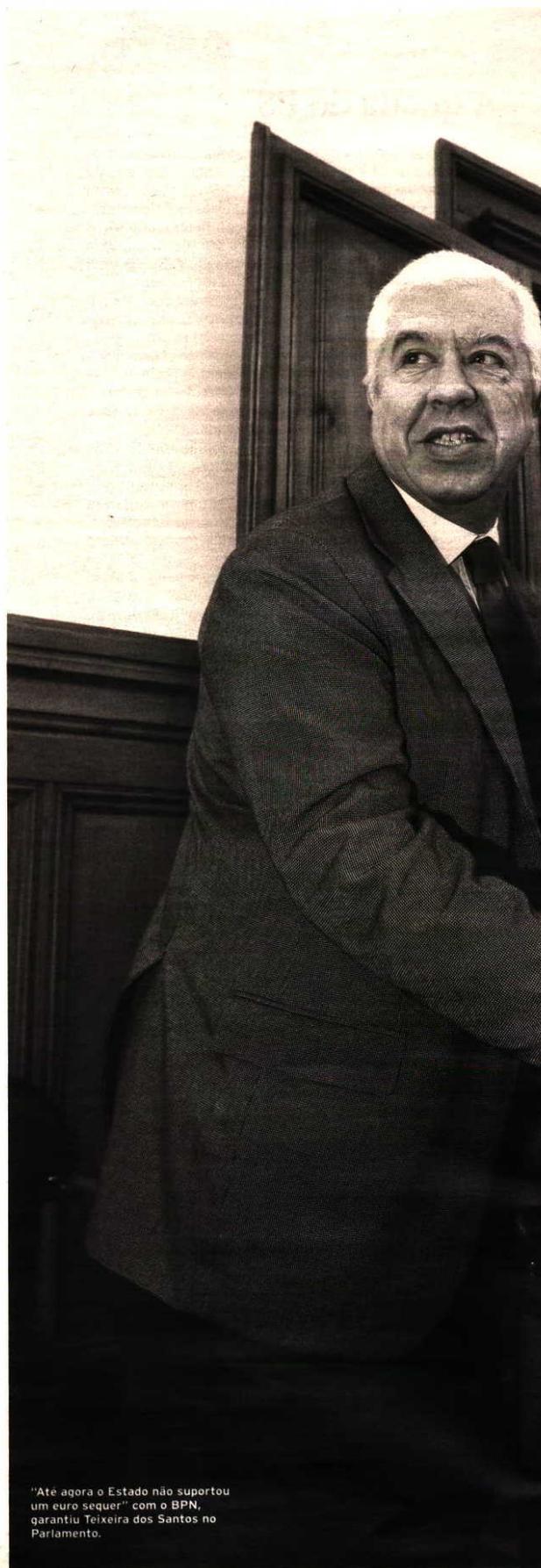
O empresário Joaquim Coimbra, accionista de referência da SLN disse ontem que Oliveira Costa "tudo fez para se manter agarrado ao lugar" de presidente do BPN. O empresário enviou uma carta a Maria de Belém Roseira, presidente da comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN, onde conta que o afastamento de Oliveira e Costa "não foi um acto individual", mas "uma decisão colectiva" de accionistas com "objectivos muito claros e legítimos". O empresário lamentou ainda a recusa dos deputados da comissão de inquérito parlamentar do BPN em conceder-lhe uma segunda audiência.

apoios dados pela CGD, o ministro explicou ainda que o que o banco estatal tem feito são "operações de liquidez que estão avaliadas na ordem dos 2,5 mil milhões de euros". "A Caixa tem apoiado a emissão de papel comercial por parte do BPN, com garantia do Estado, que serve de colateral junto do Banco Central Europeu", adiantou ainda. E que, apesar de não o ter feito, "a Caixa pode, a todo o momento, ir ao BCE obter o dinheiro que financiou em operações de liquidez".

A nacionalização, a 2 de Novembro, foi o mote e o pretexto para a criação desta comissão, cujo objectivo foi analisar o trabalho desenvolvido pelo Banco de Portugal. E os motivos que colocaram o BPN em tal desequilíbrio financeiro que teve de ser nacionalizado.

José de Oliveira Costa, antigo presidente do BPN e seu ainda principal accionista, abriu as hostilidades, tendo sido o primeiro depoente a marcar presença na comissão, a 13 de Janeiro. Aquele que é visto como o principal responsável pelas alegadas irregularidades cometidas no grupo, e que está, desde o final do ano passado, detido preventivamente, voltaria ao Parlamento já na recta final para se defender das acusações feitas pelos muitos responsáveis que foram ouvidos pela comissão de inquérito.

Pelas 55 audições que marcam esta investigação parlamentar passaram elementos do BdP, antigos responsáveis da gestão do BPN e SLN, elementos da actual administração do banco, accionistas da instituição financeira, revisores oficiais de contas. A defesa da saída de Vítor Constâncio do seu cargo de governador do Banco de Portugal, pedida por vários grupos parlamentares, acabaria mesmo por ser o eixo central da comissão. O trabalho do supervisor bancário foi amplamente criticado. Os deputados questionaram porque não foram detectadas mais cedo as fraudes no BPN, lançaram a dúvida sobre a pressão efectivamente exercida durante vários anos sobre a gestão do banco pelo BdP, o facto de o supervisor não ter actuado detectado a relação entre o grupo e o Banco Insular. ■



"Até agora o Estado não suportou um euro sequer" com o BPN, garantiu Teixeira dos Santos no Parlamento.



Veja o vídeo com a audição a Teixeira dos Santos em www.economico.pt



PONTOS-CHAVE

▶ No relatório final da comissão parlamentar, os socialistas afastam a negligência na actuação do regulador. A oposição reclama a existência de falhas graves.

▶ Deputados social-democratas consideram que "houve um excesso de confiança" do BdP, traduzida na "ingenuidade" admitida pelo governador no Parlamento.

▶ O PSD vai apontar a necessidade de uma "maior cooperação" entre a PGR e o BdP. Crítica a actual falta de articulação entre as duas instituições.

Paulo Alexandre Coelho

PSD quer saída de gestores investigada por supervisor

A recomendação deve ser incluída no relatório final da comissão parlamentar.

Lígia Simões
ligia.simoies@economico.pt

É o ponto final a oito meses de trabalho da comissão de inquérito ao caso BPN, com a 55ª audição a Teixeira dos Santos. A expectativa recai agora sobre as conclusões do relatório final, que será debatido no Parlamento a 3 de Julho. A intensidade das críticas à actuação do Banco de Portugal é a grande incógnita, num momento em que socialistas defendem que não houve negligência da supervisão bancária e a oposição reclama a existência de falhas graves. Os vários grupos parlamentares estão já a trabalhar em sugestões que gostariam de ver apontadas no documento,

com o PSD a levantar ponta do véu: "Vamos sugerir a vinculação do supervisor à averiguação de futuras renúncias de administradores". É a lição a tirar do BPN, onde em cada dois anos saiu um gestor.

Esta será uma das recomendações apontadas ao Diário Económico pelo deputado Hugo Velosa. Outras sugestões, diz, estão ainda em estudo e incidirão sobre o papel dos auditores externos.

Sobre a proposta que o PSD pretende ver incluída no relatório, Vítor Constâncio admitiu, na primeira audição da semana passada, que pondera passar a analisar de forma mais cuidada a saída de administradores dos bancos nacionais, chamando-os ao BdP.

Confrontado pelo deputado do PSD, Miguel Macedo, o supervisor garantiu que nenhum

dos gestores que cessou funções do BPN deu conta ao regulador de irregularidades na instituição. "Admito que depois desta experiência isso [a comunicação da cessação de funções] será diferente", garantiu aos deputados. Segundo o supervisor, em média, saiu do conselho de administração do BPN um gestor a cada dois anos.

Leonor Coutinho do PS reforça que será necessário notar no relatório que o caminho passa pelo alinhamento com as recomendações para a supervisão bancária europeia. Em causa está, diz, o dossier em andamento em Bruxelas sobre a Directiva do Rácios de Capital, antecipando-se a fixação de limites mínimos sem ponderação de risco. O tom final do relatório final da comissão parlamentar está agora nas mãos da maioria do PS. ■

Comissão BPN foi das que funcionou melhor

O Diário Económico ouviu especialistas de três áreas diferentes: política, economia e justiça. Todos partilham da opinião que a comissão parlamentar foi das que funcionou melhor, mas agora pedem resultados. Mas levantar o sigilo bancário divide.

COMO AVALIA A COMISSÃO DE INQUÉRITO E O QUE ESPERA DO RELATÓRIO FINAL?

AS COMISSÕES DEVEM TER NOVOS PODERES NO SEGREDO BANCÁRIO?

Fernando Negrão
Presidente da comissão de inquérito ao BCP



As alterações legislativas ao funcionamento das comissões de inquérito deram mais poder às comissões. Esta deve ser a sua lógica sob pena de não existirem. Mas foram insuficientes pois as decisões centrais continuam do partido no poder. Esta é a primeira comissão que produz resultados e que tem visibilidade, precisamente porque o PS não a boicotou. Quanto à elaboração do relatório final espero que o PS continue a ter uma atitude construtiva.

Esta comissão de inquérito não resolver a interpretação a dar alguns artigos. Apesar de ter um parecer jurídico que sustentava que as entidades com segredo profissional e bancário eram obrigadas a levantá-lo para a comissão de inquérito, o facto de uma dessas entidades ter um parecer em sentido contrário, paralisou a comissão. A comissão deveria ter pressionado a solução, já que esta é a primeira vez que acontece e buscar a solução efectiva da lei.

Jacinto Nunes
Ex-ministro das Finanças e ex-governador do BdP



Foi a que funcionou melhor. Os deputados revelaram estar bem preparados. Ajudou bastante na investigação judicial, dando novos elementos ao Ministério Público. As conclusões do relatório deviam apontar para que supervisão seja mais activa e alteração de algumas regras. O Dr. Vítor Constâncio já admitiu alguma ingenuidade. Sempre viu Oliveira Costa como um colega. Às vezes a ingenuidade gera um bocadinho de negligência, pois não estão agudamente em cima das coisas. Não houve falha grave.

É um bom sinal que venha a ser proposto que a lei dos inquéritos parlamentares seja alterada para permitir às comissões "ir mais além" em matéria de sigilo profissional. Entendo que a responsabilidade sobre o levantamento do sigilo bancário deve ser do Parlamento. Neste caso, e desde que os membros da comissão de inquérito tenham o dever de reserva, o levantamento do sigilo bancário teria facilitado nas conclusões aquilo que é o seu objecto: avaliação da supervisão.

Rui Rangel
Juiz desembargador



Se há comissão de inquérito que correu bem foi esta. Ao contrário de exemplos anteriores, como no caso Camarate, em que houve muitas vezes sobreposição de competências, prejudicando a investigação criminal, neste caso não considero que tenha havido interferência. A comissão de inquérito e a investigação judicial têm fins diferentes, na primeira procura-se apurar responsabilidades políticas, e no segundo, criminais. As duas podem decorrer em paralelo. É preciso é que cheguem a resultados.

A Assembleia da República é soberana para legislar sobre essa matéria, e alterar as competências das comissões de inquérito parlamentar, mas o guardião dos direitos, liberdades e garantias é o juiz. Atribuir poder aos deputados para que possam pedir o levantamento do sigilo bancário sem autorização do juiz demonstra uma tendência para tentar sobrepor as comissões de inquérito aos poderes dos tribunais, é querer dar-lhe mais competências do que as que devem ter.





DESTAQUE CASO BPN

Vakil mantém interesse no Banco Efisa

Os activos nacionalizados com o BPN, Efisa, BPN França e Brasil, estão já em processo de venda.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

Abdool Vakil continua a querer comprar o Banco Efisa mas aguarda um contacto por parte do Governo. "Mantenho o interesse. Apresentei uma proposta há muito tempo", lembrou o presidente do banco de investimento, em declarações ao Diário Económico.

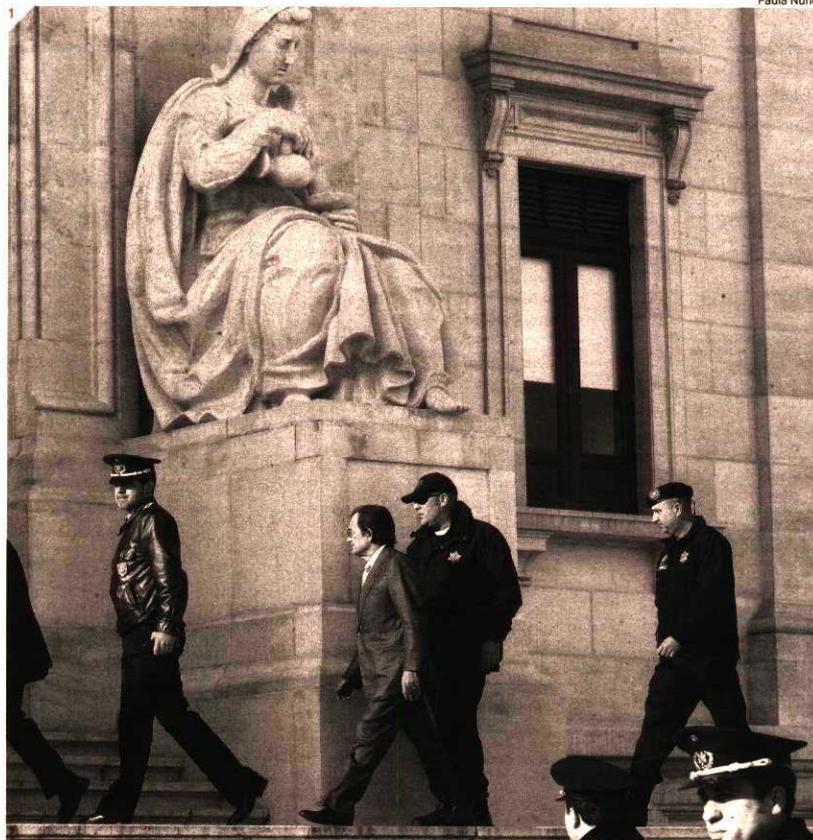
O responsável, que preferiu não fazer mais comentários, admitiu apenas que aguarda com expectativa um 'feedback' da manifestação de interesse feita ainda no ano passado.

"Mantenho o interesse. Apresentei uma proposta há muito tempo", diz Vakil, referindo-se ao Banco Efisa.

Na conferência de imprensa de apresentação das contas de 2008 do BPN, Francisco Bandeira, actual presidente, adiantou que os activos nacionalizados com o BPN estão já em processo de venda. É esse o caso do Efisa mas também do BPN França e do BPN Brasil. Estes activos podem ser vendidos directamente, ao contrário do BPN que, por ter sido nacionalizado, precisará de ser alvo de um processo de privatização.

O interesse de Vakil na compra do Efisa foi manifestado pela primeira vez em Outubro, ainda durante a administração de Miguel Cadilhe. O ex-ministro das Finanças terá dito não à proposta feita. Vakil criou o Banco Efisa em 1998, tendo vendido a instituição ao BPN em 2001. Desde então permaneceu à frente da gestão do banco de investimento. E, quando Oliveira Costa deixou o grupo SLN, assumiu também a liderança interina, dando depois lugar a Cadilhe.

Para breve deverá também estar o arranque do processo de privatização do BPN, uma vez que as Finanças manifestaram já vontade de avançar para a venda. Conforme avançou ontem o Diário Económico, o processo deverá estar pronto a avançar até ao final do mês. ■



Paula Nunes



Paula Nunes

João Paulo Dias



Paula Nunes



Paulo Alexandre Coelho

1 Oliveira Costa quis regressar ao Parlamento, depois da audição de 13 de Janeiro.

2 Jorge Vieira Jordão, antigo administrador da SLN, disse ter sabido do Banco Insular pela imprensa.

3 Joaquim Nunes foi administrador do polémico Banco Insular.

4 Carlos Santos, antigo responsável do Banco de Portugal, acusou a equipa de Oliveira Costa de deliberadamente esconder informação.

5 De entre os deputados, Nuno Melo, do CDS-PP, foi a figura mais visível do ataque a Vítor Constâncio e ao Banco de Portugal

6 Melra Fernandes foi um dos administradores da equipa de Miguel Cadilhe que abandonou o grupo em Março deste ano.

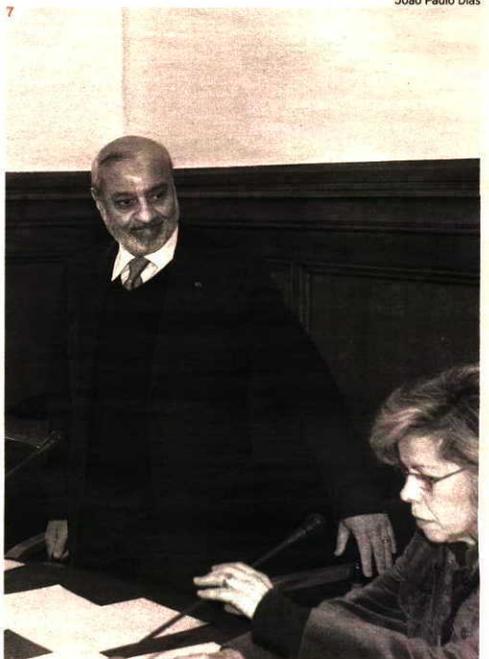
7 O presidente do Banco Efisa, Abdool Vakil, foi presidente interino do BPN durante alguns meses, depois da saída de Oliveira Costa. Salu para dar lugar a Miguel Cadilhe.



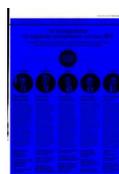
João Paulo Dias



Paulo Alexandre Coelho



Paula Nunes



Os protagonistas do inquérito parlamentar ao caso BPN

O ministro das Finanças foi ontem o "cabeça de cartaz" de uma comissão, que desde o dia 13 de Janeiro até ontem recebeu 55 pessoas.

TOP 5 DAS AUDIÇÕES DO BPN

15 JANEIRO



Miguel Cadilhe

Último presidente do BPN antes da nacionalização

Miguel Cadilhe foi o último presidente do banco, antes da nacionalização a 2 de Novembro. Foi dos primeiros depoentes deste inquérito parlamentar. A audição foi marcada por críticas à actuação do Banco de Portugal no processo que levou à nacionalização do BPN. Chegou mesmo a afirmar que tendo o supervisor conhecimento das imparidades existentes no BPN, deveria ter actuado mais cedo, pois não o fazendo incorreu numa "falha gravíssima". Sobre o Banco Insular, que serviu para ocultar perdas e fazer pagamentos a gestores, houve uma "falha clara de supervisão que atingiu em cheio o património da SLN". As irregularidades de anteriores administrações, a "Operação Cabaz" para refinanciar o grupo, o pedido de ajuda ao Tesouro, a nacionalização, a relação com a supervisão, a titularidade da auditoria externa foram os principais temas da audição. **S.A.S.**

"Não vejo razões económicas ou políticas para nacionalização."

"A proposta de compra da CGD era uma nacionalização encapotada."

"Não sou benemérito, nem mártir."

28 JANEIRO



António Marta

Ex-vice governador do Banco de Portugal

António Marta, ex-vice governador do Banco de Portugal, para a área da supervisão, fez as delícias dos deputados, ao admitir falhas da supervisão. O ex-quadro explicou que apesar de o banco central português ser uma espécie de Torre de Marfim, apercebeu-se na altura que "nem todos estariam, por dentro das questões levantadas pelo BdP ao BPN". E foi isso mesmo que justificou uma reunião em 2006 com todo o conselho de administração da SLN e BPN e ainda com os auditores externos com ROC. O relato do encontro com Dias Loureiro, contraditório à versão do ex-conselheiro de Estado, foi dos assuntos mais polémicos. Segundo Marta, na reunião foram-lhe transmitidas "preocupações" em relação à perseguição feita ao BPN. Por sua vez, Dias Loureiro afirmou que se foi alertar o supervisor para um modelo de gestão "pouco convencional". **S.A.S.**

"O BdP não se pode dar ao luxo de atirar uma bomba atómica."

"Hoje, à luz do que se passou, assumo que houve uma falha."

"Dias Loureiro questionou a razão do BdP sistematicamente fazer perguntas ao BPN."

5 MAIO



Dias Loureiro

Ex-administrador da SLN e ex-conselheiro de Estado

O ex-administrador da SLN, "holding" que detinha o BPN, foi a primeira vítima da comissão de inquérito ao caso BPN. Acusado de mentir aos deputados, a 27 de Janeiro, a propósito do seu envolvimento nos negócios ruinosos da SLN em Porto Rico, foi chamado uma segunda vez ao Parlamento. A 5 de Maio admitiu apenas "lapsos de memória", mas a verdade é que a sua imagem e posição no conselho de Estado foi se fragilizando dia após dia. Até que não resistiu às acusações de Oliveira Costa, que acusou Dias Loureiro de "ter problemas de emancipação de ego" e de ter mentido sobre o conteúdo de uma reunião com António Marta, ex-vice governador do BdP. Oliveira Costa chegou a dizer que Dias Loureiro queria ser presidente do BPN. No dia seguinte, Dias Loureiro abandonou o cargo de conselheiro e enviou uma carta ao PGR, disponibilizando-se para ser ouvido pelo Ministério Público. **S.A.S.**

"Os lapsos de memória são inevitáveis."

"Estou a ser alvo de uma campanha e essas acusações são inocuas."

"Sentia-me um pouco perdido no modelo de gestão. O Dr. Oliveira Costa era muito centralizador."

26 MAIO



Oliveira Costa

Ex-presidente da Sociedade Lusa de Negócios e BPN

José Oliveira Costa, ex-presidente da SLN e do BPN, deslocou-se pela primeira vez ao Parlamento a 13 de Janeiro, invocando o estatuto de arguido para não responder às questões dos deputados do inquérito parlamentar ao caso BPN. Mas após muitas audições e acusações contra o modelo de gestão do ex-banqueiro, o ex-secretário de Estado de Cavaco Silva decidiu exercer o direito do contraditório. Voltou a 26 de Maio, para uma maratona de oito horas, dedicando cerca de 180 minutos ao seu "memorando" de 56 páginas. O ex-banqueiro, detido preventivamente desde 20 de Novembro, disparou em todas as direcções, focando as farpas no "grupo de quatro accionistas", sobretudo em Joaquim Coimbra, e acusou ainda Dias Loureiro de mentir, não se esquecendo de criticar Miguel Cadilhe. Este foi o depoimento mais mediático, confraternizou com deputados e jornalistas. **S.A.S.**

"Entrar no BPN foi uma tragédia. Fui vítima de uma armadilha."

"Cadilhe custou duas vezes e meia mais do que eu ganhei em 10 anos."

"Dias Loureiro tem problemática do ego."

8 JUNHO



Vítor Constâncio

Governador do Banco de Portugal

O inquérito parlamentar tem dois objectos: avaliar a situação que levou à nacionalização do BPN e a supervisão bancária inerente. Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, foi por isso um dos mais aguardados. Deslocou-se à AR no dia 8 de Junho e foi forçado a regressar, depois da suspensão do interrogatório, no dia 15 de Junho. Prestou declarações durante cerca de 15 horas. Apresentando, por diversas vezes, sinais de cansaço e aborrecimento com a repetição de perguntas, foi alvo de um feroz ataque de toda a oposição. Sem esquecer, a acesa troca de acusações com Nuno Melo, do CDS/PP. O governador, que confessou que "gostaria de ter sido ouvido mais cedo", defendeu-se das acusações e rejeitou demitir-se "a pedido dos deputados". "Alvo de uma campanha e perseguição política", insistiu no argumento que o BPN "foi o banco mais inspeccionado" e que "não houve falha de supervisão". **S.A.S.**

"Não me demito a pedido dos deputados."

"Admito alguma ingenuidade."

"Estamos a falar de números inferiores a mil milhões que os contribuintes terão a pagar."



Finanças já deram luz verde para privatizar o BPN

Na última audição da comissão parlamentar sobre o caso BPN, o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, confirmou que o Governo já deu instruções à administração do Banco Português de Negócios para iniciar a venda. - P4 A 7



Teixeira dos Santos,
ministro das Finanças



Evidências

CELSO FILIPE
EDITOR EXECUTIVO

O “animal feroz” foi amansado pela humildade. O pai da expressão “força de bloqueio” transformou-se nisso mesmo e a comissão parlamentar de inquérito mostrou Portugal no seu pior. Salva-se Durão, que merece um aplauso incondicional



Durão Barroso
O Imperador

A sua reeleição como presidente da Comissão Europeia merece um aplauso incondicional. O argumento de que a opção por Durão Barroso resulta de compromissos ténues e de que ele terá de fazer cedências aos grandes países da Europa, revela alguma mesquinhez de carácter e afasta-nos do principal. A recondução é uma vitória do próprio, é prestigiante para o País e garante-nos mais espaço de manobra em Bruxelas. Da mesma forma que o é o facto de Jorge Sampaio e António Guterres ocuparem cargos internacionais relevantes.

Confiança
Riqueza
Convicção



José Sócrates
O Eremita

Com os resultados das europeias, Sócrates levou um banho de humildade. A estratégia de admitir os erros e pedir desculpa pelos mesmos tornou-se um passo irreversível e a única maneira de evitar a catástrofe. Os portugueses gostam especialmente da atitude de quem parece estar disposto a “sacrificar-se” por eles em momentos difíceis. É uma estratégia como qualquer outra, mas que só é necessária porque Sócrates nunca teve conselheiros, nem no PS nem no Governo, mas apenas ajudantes que lhe diziam o que ele queria ouvir.

Prudência
Precaução
Incapacidade



Cavaco Silva
A Carruagem

A memória é uma ferramenta tramada, principalmente nos dias de hoje, quando a política se alimenta de “sound-bites” e navega na espuma dos dias. Por isso, soa estranho ouvir o Presidente da República aplaudir a adiamento do TGV e dizer que Portugal deve apostar nas obras públicas de pequena dimensão. Estranho porque este Presidente, na pele de primeiro-ministro, acusou o Tribunal de Contas e Mário Soares, então inquilino de Belém, de serem “forças de bloqueio” à sua emblemática “política do betão”. E agora, em que ficamos?

Distúrbio
Fuga
Vingança



Nuno Melo/Constâncio
A Lua

Nuno Melo quis capitalizar o caso BPN de forma a garantir notoriedade para o CDS/PP. Legitimamente. Vítor Constâncio abespinhou-se e chegou a acusar o deputado de “ignorância” quando referiu que a nacionalização do banco iria custar 2,5 mil milhões ao Estado. Legitimamente. Dito isto, soa estranho ouvir o PP, paladino do liberalismo, a pedir mais Estado. Como também soou estranho ouvir Constâncio dizer que apenas respondia às grandes questões. Só faltava mesmo ter entregue a lista das perguntas a que queria responder.

Decepção
Engano
Astúcia



ID: 25595474

19-06-2009

JORGE JESUS

Porta-aviões

Independentemente de quem forem os candidatos a presidente do Benfica, Jorge Jesus conseguiu concretizar um sonho: chegar a técnico principal dos encarnados. Não é um "gentleman" como Quique Flores ou Sven-Goran Eriksson, mas tem vindo a ganhar músculo com equipas agressivas, onde se sabe rodear de jogadores que, não sendo estrelas, estão no limiar disso. Na última temporada no Braga tinha mesmo um conjunto de atacantes tão forte, que pode dispensar Linz, Orlando Sá ou Yazalde. Resta saber se saberá impor o seu poder ao futuro presidente, Vieira ou outro.

JOÃO TIAGO SILVEIRA

Fragata

O PS está desgastado e muitas das suas principais figuras parecem hoje saídas do Museu de Cera de Madame Tussaut. Não surpreende pois que, dentro de um princípio muito típico de Sócrates se mude algumas caras para que tudo continue na mesma. É óbvio que João Tiago Silveira poderá ser um discurso mais fresco do que os círculos concêntricos onde Vitalino Canas se afogava cada vez que falava. E isso diz bem da sua imagem. O problema fulcral é, no entanto, outro: o que fazer de faces como Maria de Lurdes Rodrigues, Alberto Costa ou Mário Lino?

JOSÉ SÓCRATES

Submarino

Nos últimos dias, Sócrates tem tentado passar uma imagem de humildade que, como publicidade é refrescante, mas que tem falta de conteúdo. A sua entrevista à SIC mostrou isso muito bem. Disse coisas que mostram que há políticos que nunca mudam: "Estou muito contente comigo"; "Os portugueses sabem que o PS e a maioria PS nunca abusou do poder que tinha"; e que errou ao investir pouco na Cultura. Nem a derrota ilumina Sócrates.



Linha de Água



Hoje critica-se o Estado e as suas instituições por não intervirem decisivamente em casos como os do BPN ou do BPP. Mas, curiosamente, quem mais critica é quem mais defendeu e fez os possíveis para que o Estado tivesse apenas um T1 para governar. Há por aí alguém confuso, não?

FERNANDO SOBRAL

No mundo fantasioso do Estado mínimo



A conhecida jornalista do "Financial Times", Gillian Tett, no seu recente livro "Fool's Gold", conta uma história eloquente. Assistia em Nice a uma conferência e ficou fascinada pela linguagem técnica utilizada pelos participantes. Mas, antes de trabalhar no FT, Tett tinha sido antropóloga, e a conferência fez-lhe recordar um casamento tajique. Ali forjavam-se relações sociais e celebrava-se um acordo tácito, onde só uma coisa estava ausente: os tangíveis seres humanos. Tett perguntou quem eram os conferencistas que usam termos técnicos que ninguém percebia. E responderam-lhe: Eles trabalharam no JP Morgan. Foram eles que criaram o

mercado de créditos derivados, em 1999, através de um sistema chamado Bistro. Tett surpreendeu-se: o JP Morgan, em 2005, era um banco "chato" e não estimulante e arrojado como o Goldman Sachs. Mas, apesar da inovação da sua equipa, o JP Morgan não foi arrastado pelo rebentamento desse mercado. Porque teve cuidado na aplicação desses sistemas. Tett diz que essa é a diferença entre bancos responsáveis e irresponsáveis. Esta história tem muito a ver com o que se passou no mundo nos últimos 30 anos e que tornou a globalização tudo menos algo que se preocupasse com os o que, no fim, importa: os seres humanos. As inovações financeiras necessitavam que toda a sociedade perdesse consistência para poder ganhar elasticidade, facilidade de circulação, ligeireza e, sobretudo, pouca segurança. Se a isso aliarmos a retirada do Estado, deixando ao mercado a possibilidade de se auto-regular, na sequência do que a Escola de Chicago liderada por Milton Friedman pensou, percebemos que toda esta situação a que chegámos não tem uma componente unicamente financeira: ela é também política e cultural. Não surpreende que

estes anos tenham a ver com um mundo ligeiro que se criou, do que vemos na televisão à comida "fast" que devoramos ou à completa falta de raízes dos seres humanos, onde a lógica de família e emprego deixou de ser estruturante. Toda esta mudança, que Gillian Tett viu, foi reforçada pela criação de um Estado Mínimo, de que Margaret Thatcher ou Ronald Reagan foram expoentes mas que não se esgotou neles. Tony Blair, Schroeder ou mesmo José Sócrates foram militantes dessa retirada do Estado, que o foi esvaziando de competências, com o argumento (algumas vezes sólido) de que não estava vocacionado para actuar no mundo económico. O Estado perdeu dimensão e até há pouco tempo vivia num T1. Passou a ser um Estado defensivo e mínimo. Curiosamente foi a própria "esquerda moderna" que aplicou com prazer este conceito de sociedade sem consistência e ligeira. É por isso que, entre nós, os casos BPN e BPP não deixam de causar sorrisos. Hoje o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, é acusado por não ter existido supervisão. Mas o curioso é que quem mais o acusa de falta de intervenção é

quem, ideologicamente, mais contribuiu para uma retirada desses poderes do Estado de diferentes áreas de actuação. Com isto não se quer dizer que Nuno Melo não conduziu, até certo ponto, de forma inteligente a sua actuação no caso BPN, e que Constâncio não cometeu diversos erros na sua actuação como Governador. Constâncio é, no entanto, também vítima deste caldo liberal, onde o Estado foi colocado no divã de Freud. Quando hoje se clama pelo Estado, como se ele pudesse regressar vestido de John Wayne para colocar ordem no "saloon", está-se a esquecer que ele foi despojado das balas dos revólveres. É claro que é necessário regressar à economia real, do capital produtivo e da criação de emprego, como forma de dar nova sustentabilidade à sociedade. Muito se tem falado de John Maynard Keynes nos últimos tempos, mas há nele uma história cativante: casou-se com uma bailarina russa, Lydia Lopokova, fugida das brutalidades do sistema político/económico comunista e percebeu que era preciso um Estado sensato e interventor, sem cair na tentação totalitária mas sem deixar a pradaria para os "cowboys".

Quando hoje se clama pelo Estado, como se ele pudesse regressar vestido de John Wayne para colocar ordem no "saloon", está-se a esquecer que ele foi despojado das balas dos revólveres.

Editorial

Helena Garrido

Directora-adjunta



Menos Estado. Melhor Estado?

 A crise financeira demonstrou que o debate não pode ser mais ou menos Estado. Menos Estado pode acabar em pior Estado, quando o mundo é global e há empresas maiores em dimensão e poder do que os países em que estão. As práticas destruidoras da banca mostram que o problema está no tipo de presença do Estado na economia e não na sua dimensão.

Uma das interessantes constatações da comissão de inquérito parlamentar à nacionalização do BPN e da discussão na Europa e Estados Unidos sobre as causas da crise é que as críticas mais violentas são protagonizadas por pessoas ou grupos políticos que mais defendem a saída do Estado da economia, a regulamentação mínima e a auto-regulação como regra.

Durante anos, e ainda mais após a implosão da URSS, em Portugal como nos países ocidentais, todos sem excepção se renderam à "inteligência e inovação" financeira e à primazia absoluta da liberdade individual de escolha. Somos todos, de alguma forma, cúmplices daquilo a que assistimos no mundo financeiro deste 2007. Com algumas excepções com origem em alguma esquerda que em Portugal é protagonizada, quer se queira ou não, pelo Bloco.

A direita, como o CDS/PP, que hoje pede com grande agressividade e até desrespeito, responsabilidades ao Banco de Portugal, sempre quis levar até ao limite a desregulamentação financeira e a entrada do sector privado em áreas como as pensões de reforma e a Saúde. Do centro-direita ao centro-esquerda, representado pelo PSD e pelo PS, há desde os que se aproximam mais do CDS aos que se aproximam mais, não do Bloco, mas do PCP, que pouca reflexão tem sobre os temas financeiros, fixado que se encontra na luta de classes da Revolução Industrial. Mas quer no PSD quer no PS muito poucos ou nenhuns se

ergueram a favor de mais regulamentação financeira.

Até esta crise, mesmo os que defendiam o mercado com sensatez ficavam transidos de medo cada vez que se falava em regulamentar mais a banca, os 'hedge funds' ou os paraísos fiscais. Ou ainda quando se tentava alertar para os riscos do financiamento de compra de acções com crédito ou para a necessidade de melhorar o acesso à informação dos consumidores de produtos financeiros. A espada que se receava era a da fuga de capitais.

Ninguém dos que foram pensando ou actuando nos últimos anos tem grande legitimidade para dizer que a culpa é do outro. Menos ainda quem sempre defendeu menos regulamentação e mais auto-regulação.

O que está hoje em causa não é o mercado mas sim o mercado que queremos ter. Os mecanismos de mercado, quando funcionam na perfeição dos livros académicos, são disciplinadores e produzem os mais eficazes e equitativos resultados em matéria de desenvolvimento. Temos é de reconhecer que o mercado dos livros não existe. Apenas podemos almejar atingir uma organização o mais próxima possível do que é o mercado perfeito. E, para isso, temos de ter consciência das imperfeições para as corrigir.

Corrigir as imperfeições do mercado deve ser o grande objectivo do Estado. É preciso retirar do debate a escolha errada entre "mais ou menos Estado". A opção é mais ou menos mercado. A opção por mais mercado significa resolver as falhas de mercado com a regulamentação correcta aplicada por reguladores e supervisores com meios para aplicar essas regras e sanções exemplares, duras e com rapidez a todos quantos não as cumpram. Menos Estado pode ser tão mau como mais Estado. Menos Estado, melhor sociedade exige regras.

helenagarrido@negocios.pt



Parlamento Ministro das Finanças diz que o banco é um caso de polícia

Venda do BPN já foi ordenada e Efisa está em fase de alienação

Teixeira dos Santos garantiu que o estado ainda não colocou um euro na instituição e admitiu que a supervisão tem de mudar

Ana Brito e Cristina Ferreira
O Banco Português de Negócios (BPN) e o Banco Efisa, detido pelo BPN e liderado por Abdool Vakil, estão à venda, anunciou ontem Fernando Teixeira dos Santos durante a audição na Comissão de Inquérito à supervisão e à nacionalização do BPN.

O ministro das Finanças revelou que na semana passada assinou um despacho a mandar a gestão do BPN, liderada por Francisco Bandeira (por indicação da CGD), para vender a instituição. E também adiantou que o Banco Efisa se encontra em fase de alienação. Recorde-se que o actual presidente desta instituição, Abdool Vakil, já manifestou por várias vezes intenção de readquirir o banco que em tempos vendeu ao BPN (ver texto na página ao lado).

Durante a audição parlamentar, Teixeira dos Santos garantiu que o Estado

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, garantiu que o Estado ainda não colocou um euro que fosse no BPN

ainda não injectou um euro no BPN, embora tenha admitido ter "consciência que isto [a nacionalização] vai significar um custo".

Ainda assim, o ministro defendeu que esse custo será sempre menor do que no caso de uma eventual falência do BPN e de uma crise sistémica subsequente. Uma situação destas poderia custar aos cofres públicos 17 mil milhões de euros adiantou Teixeira dos Santos, explicando que em Portugal existem 144 mil milhões de euros em depósitos e cerca de 17 milhões de depositantes. Supondo que os depósitos médios atinjam os 10 mil euros, se dez por cento dos depositantes accionasse o fundo de garantia dos depósitos, o custo para o Estado seria de 17 mil milhões de euros.

Em todo caso, salientou Teixeira dos Santos, a CGD já adiantou liquidez ao BPN no valor de 2,5 mil milhões de euros, sustentada em operações do mercado interbancário, mas "não fez injeções de capital". O ministro

adiantou ainda que o buraco do BPN, estimado pela Deloitte, é de 1,8 mil milhões de euros. Na sua última ida a São Bento, lembrou o deputado comunista Honório Novo, Constâncio disse que no final o "défice" deveria acabar por ser inferior a mil milhões.

Supervisão tem de mudar
Depois de salientar que não há sistemas perfeitos que impeçam fraudes, o ministro reconheceu que a crise internacional e os "eventos [BCP, BPN e BPP] registados em Portugal vão exigir uma revisão do actual modelo de fiscalização do sector bancário.

"Sabendo o que sabemos hoje, vamos ter que ser mais enérgicos", afirmou. Mas será possível mudar a supervisão mantendo o supervisor?, perguntou João Semedo do Bloco. As alterações ao modelo são os governantes que têm que decidir e "não dependem das pessoas que ocupam os cargos", respondeu o ministro.

Questionado sobre o processo de decisão de avançar para a nacionalização do BPN, Teixeira dos Santos, disse que "não havia tempo para ficar à espera de estudos" pois existia "uma situação de emergência para assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional". "Existia ainda incapacidade de honrar os compromissos em relação aos depositantes e de ir buscar financiamento lá fora". Já a nacionalização da Sociedade Lusa de Negócios, que possuía o BPN, só serviria para trazer mais problemas ao Estado e poderia ser "inconstitucional". Também disse que, em Outubro de 2008, antes da nacionalização, a CGD se disponibilizou a comprar o BPN, uma proposta que Miguel Cadilhe se recusou a levar aos accionistas.

O ministro aproveitou para contestar o deputado do CDS, Nuno Melo, que sugeriu que o levantamento pela Segurança Social, que tinha conta no BPN, de 300 milhões de euros nas semanas anteriores à nacionalização, tenha contribuído para agravar os problemas no banco. "O BPN é um caso de polícia e não de supervisão", lembrou, defendendo que foi o Banco de Portugal que descobriu as fraudes e que foi Constâncio quem enviou as provas para o Ministério Público.

Como vem sendo habitual a audição parlamentar prolongou-se por várias horas



Protagonistas

José Oliveira Costa
Antigo presidente do Grupo SLN/BPN



Acabou por ser o protagonista da Comissão de Inquérito parlamentar. O fundador e histórico líder do grupo Sociedade

Lusa de Negócios/Banco Português de Negócios (SLN/BPN); e único detido preventivamente no âmbito do processo de investigação que está a decorrer a cargo das autoridades, esteve presente perante os deputados por duas vezes. Na primeira, optou por se socorrer do seu direito a não falar. Na segunda, compenhou o silêncio da primeira aparição e disparou em todas as direcções, tendo como principal alvo o seu antigo colaborador e ex-administrador do Grupo SLN, Manuel Dias Loureiro. Mas também Miguel Cadilhe, o último líder do BPN antes da nacionalização não foi poupado às críticas.

António Franco
Director de operações do BPN

Foi deste quadro intermédio do BPN que surgiram as revelações mais "bombásticas" sobre como funcionava o Grupo SLN/BPN. Dos esquemas com as offshores;

ao Banco Insular, António Franco foi quem mais desvendou o funcionamento da instituição.

Vitor Constâncio
Governador do Banco de Portugal

Sob a mira dos deputados, o Governador do Banco de Portugal, foi massacrado pelas críticas dos partidos políticos, com excepção do Partido Socialista (PS). Esteve por duas vezes a responder aos deputados, num total de mais de 16 horas de forma a defender-se das acusações de falha de supervisão. Acusação que sempre rebateu, alertando para o facto de nunca ter havido um problema prudencial no BPN e, como tal, a instituição que dirige cumpriu as suas funções. Na sua última presença na Comissão, chegou a trocar palavras a roçar o insulto com o deputado do



CDS, Nuno Melo, acusando-o de ignorância por falar sobre dados financeiros sem conhecer os respectivos conceitos.

Manuel Dias Loureiro
Antigo administrador do Grupo SLN e antigo Conselheiro de Estado do Presidente da República

Esteve presente duas vezes na Comissão e as suas primeiras respostas dadas aos deputados

começaram logo a dar polémica. Primeiro porque se demarcou de qualquer tipo de decisão dentro do grupo; depois, porque chegou a garantir que se tinha dirigido ao Banco de Portugal a pedir que fosse dada mais atenção ao BPN. Nas duas afirmações foi peremptoriamente desmentido. Na primeira, por José Oliveira Costa. Na segunda pelo vice-governador do Banco de Portugal, António Marta, que não só negou



a afirmação do então conselheiro de Cavaco Silva, como disse que a presença de Dias Loureiro no Banco de Portugal teve como único objectivo pedir que o supervisor 'abrandasse' as investigações ao BPN. Depois de muita insistência, acabou por renunciar ao cargo de Conselheiro de Estado e por pedir para ser ouvido na Procuradoria-Geral da República, pretensão que lhe foi concedida, mas que ainda não está concretizada.

Nuno Melo; João Semedo e Honório Novo
Respectivamente, deputados do CDS-PP, do Bloco de Esquerda e do PCP

Foi destes três deputados que se viu mais actividade na tentativa de desvendar o que realmente se



Joaquim Coimbra queria ser novamente ouvido

O empresário Joaquim Coimbra lamentou a recusa dos deputados da comissão de inquérito parlamentar do BPN em conceder-

-lhe uma segunda audiência, numa carta entregue ontem a Maria de Belém Roseira e a que a agência Lusa teve acesso.



Investigações no âmbito do BPN

Abdool Vakil foi chamado ao Banco de Portugal

● Abdool Vakil, presidente do Banco Efisa, e Mohamed Iqbal, administrador executivo do banco, estiveram no Banco de Portugal (BdP) a prestar declarações no quadro das investigações que estão a ser realizadas ao Grupo Banco Português de Negócios (BPN).

A reunião entre os gestores do Banco Efisa, o braço de investimento do BPN, e o supervisor decorreu há já alguns dias e teve por finalidade apurar factos relacionados com decisões adoptadas pela equipa de Vakil, e pelo braço direito Iqbal, algumas das quais já foram abordadas na Comissão de Inquérito Parlamentar ao BPN. Em causa estão negócios envolvendo interesses particulares (via Efisa) dos dois gestores, nomeadamente em Moçambique. Mas o supervisor estará igualmente a olhar para a ligação de Vakil ao Taib Bank, do Bahrain, que deu aval a uma garantia, de 1,5 milhões de euros, a um financiamento obtido pelo libanês El-Assir junto do BPN. Nos registos do BPN, a operação surge como um crê-

dito regular. El-Assir, o amigo libanês de Dias Loureiro, é um dos maiores devedores do BPN. Três *offshores* do grupo El-Assir, a Miraflores, a Gransotto e a La Granjilla, devem ao BPN 26 milhões de euros. O facto de Vakil ter pertencido em simultâneo, entre 2004 e 2007, à administração de dois bancos diferentes, BPN e Taib Bank, tem sido considerada pouco regular, embora o BdP não se tenha querido pronunciar sobre esta matéria.

Quando foi ao Parlamento, Vakil garantiu que apenas esteve pessoalmente com El-Assir "uma ou duas vezes" e que este lhe foi sido apresentado por Dias Loureiro. Na altura, disse Abdool Vakil, Dias Loureiro pediu-lhe para avaliar o que a "Efisa podia fazer por ele". "Quando o senhor El-Assir veio falar comigo, era por causa do Efisa. Não assisti a nenhuma concessão de crédito a nível do conselho superior." Vakil adiantou: "Pediram-me para o pôr em contacto com alguém que pudesse comprar o crédito e foi o que fiz.

Mas não conheço os contornos. Só os apresentei." E garantiu aos deputados que não teve qualquer papel no financiamento do empresário e que nunca terá lidado directamente com ele.

Sobre apreciação do BdP estão ainda pagamentos realizados pela Efisa, a Alexandre Agag, genro do ex-primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar. Vakil alega que as verbas foram entregues como contrapartida de serviços de assessoria prestados no quadro de um negócio realizado pela EDP em Espanha. "A EDP foi meu cliente num determinado negócio. Nesse negócio, que foi em Espanha, sabendo que o senhor Agag era assessor [do BPN], fui ter com ele para tentar fa-

cilitar o negócio", afirmou Vakil aos deputados. Na altura, recusou que os pagamentos realizados ao genro de Aznar estivessem relacionados com negócios em Porto Rico.

O PÚBLICO contactou a Efisa para obter um esclarecimento por parte de Vakil e do seu braço direito Iqbal mas nenhum esteve disponível. Já o BdP apenas disse que não comentava relações com entidades supervisionadas. Em Agosto de 2008, o BdP chamou a atenção de Vakil para a existência de empréstimos concedidos pela Efisa a empresas da SLN (proprietária do BPN) sem sustentação em garantias.

Recorde-se que quando, no início do ano, Oliveira Costa abandonou o grupo, foi substituído transitóriamente por Vakil. E depois de Miguel Cadilhe ter sido nomeado líder do BPN, Vakil avançou com uma oferta de compra do Efisa, fundado por si e depois vendido ao BPN. A proposta, que ainda está em cima da mesa, foi recusada por Miguel Cadilhe. **C.F./A.B.**



Abdool Vakil garante que nunca assistiu a nenhuma concessão de crédito ao amigo libanês de Dias Loureiro



NUNO FERREIRA SANTOS

A Comissão em números

Com a audição do ministro das Finanças realizada ontem, a Comissão de Inquérito ao caso BPN terminou uma das mais longas comissões de inquérito realizadas na Assembleia da República. Foram ouvidas mais de 50 pessoas em 54 sessões. Agora, caberá à relatora da Comissão, a deputada socialista Sónia Sanfona, apresentar o relatório final da comissão.

13

Foi a 13 de Janeiro que se iniciaram os trabalhos da comissão liderada pela deputada socialista Maria de Belém.

54

É o número de sessões que se realizaram na comissão de inquérito, depois da audição de ontem de Teixeira dos Santos. Em várias sessões, muitas das vezes foi ouvida mais do que uma pessoa.

3

É a data agendada para que o relatório da Comissão seja debatido no Parlamento.

passou no BPN e na tentativa de provar que houve falhas de supervisão por parte do Banco de Portugal. Também foram estes três partidos que mais cedo pediram a cabeça de Vítor Constâncio. Mais tarde o PSD acabaria por alinhar pelo mesmo pedido, deixando apenas o PS como a única defesa do banco de Portugal. A intensidade da comissão acabaria por ser transportada para a campanha eleitoral referente às eleições europeias e o caso BPN foi mesmo um dos temas da campanha.

Maria de Belém Roseira
Presidente da Comissão de Inquérito



Dirigiu uma comissão que à partida já se sabia não seria fácil, mas que acabou por ter momentos quase impossíveis.

Ouvii pedidos de intervalo por parte de oliveira Costa porque este precisava de "ir verter águas". Mas também passou várias horas a ouvir os lamentos de Vítor Constâncio perante um número infundável de perguntas. Por várias vezes foi obrigada a intervir para pôr em ordem momentos de maior exaltação.

**Sector bancário****Governo anuncia
que BPN e Efisa
estão à venda**

● O Banco Português de Negócios (BPN) e o Banco Efisa, detido pelo BPN, estão à venda, anunciou ontem Fernando Teixeira dos Santos durante a audição na comissão de inquérito à supervisão e à nacionalização do BPN. → Economia, 22 e 23



Bancos pequenos mais expostos à concentração da banca nacional

Restaurar a confiança e melhorar a eficiência são as razões apontadas pelos peritos, que não descartam uma operação envolvendo um 'player' internacional.

Tiago Figueiredo Silva e Bárbara Barroso
tiago.silva@economico.pt

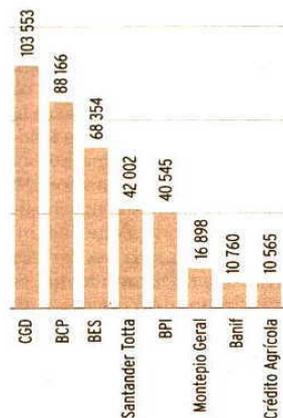
À ideia de fusões na banca portuguesa não é nova, mas voltou a renascer das cinzas. No fórum de banca realizado na quarta-feira pelo Diário Económico foram várias as vozes que defenderam uma maior consolidação no sector. Desde o governo, ao Banco de Portugal, passando pelos próprios banqueiros, todos parecem estar de acordo face à possibilidade da crise despoletar movimentos de concentração em Portugal. Mas o qual é a opinião do mercado? O Diário Económico questionou oito especialistas e a resposta final não podia ser mais consensual: existe espaço no sector bancário nacional para a realização de fusões.

"Acredito que há espaço. Existem muitos 'players' num único mercado e a realidade em que operam é bastante diferente da que existia", afirmou José Fialho, analista do Banco Big. Já Pedro Pintassilgo, da F&C, foi o único a considerar que "quer o Banco de Portugal, quer o governo perderam oportunidades para fazer fusões", defendendo que "a ideia vem fora de tempo".

Apesar do consenso, as opiniões divergem quanto aos protagonistas. "As instituições susceptíveis são as mais pequenas, cotadas ou não, quer pela pequena dimensão, quer por terem

OS OITO MAIORES BANCOS NACIONAIS POR ACTIVOS

Os últimos dados disponíveis referem-se a 2007. A CGD é líder.



Fonte: APB (números de 2007, últimos dados disponíveis).

acesso, em condições mais favoráveis, ao mercado interbancário", considerou Pedro Lino, CEO da corretora Dif Broker. Opinião que não é partilhada por José Fialho que sublinha a transversalidade, considerando que "qualquer banco pode estar envolvido numa operação, desde o mais pequeno a um maior". Já um analista, que preferiu não ser citado, acredita que uma fusão apenas poderá acontecer ou entre bancos de pequena dimensão ou de um banco "grande" sobre um "pequeno". A consolidação entre "gigantes" bancários é descartada pela generalidade dos peritos tendo em conta os exemplos do passado. Já a corretora OK2Deal vai mais longe e elege "as instituições com capital mais disperso, sem estatutos 'blindados', e a mais vulnerável é o BCP".

Redução de custos e sinergias

Se é inquestionável que a consolidação na banca é desejável pela totalidade dos especialistas, as razões e os "benefícios" resultantes destas operações são igualmente inúmeros. "A necessidade de ganharem poder negocial com os clientes e de conquistarem mais volume de carteira de crédito" foram os motivos referidos pelo analista da Intervalores, Frederico António, como impulsores de fusões.

Restaurar os níveis de confiança no sector, ganhar escala, reduzir custos, melhorar a eficiência

evitar casos como os do BPP ou BPN foram alguns dos efeitos positivos das fusões mencionados pelos peritos. Contudo, o director-geral da Schroders alerta para o facto de "uma consolidação excessiva dever ser regulada". Ainda assim, Leonardo Mathias afirma que existe "sempre o interesse em avançar para soluções que possam contribuir para criar instituições mais robustas e um sector mais competitivo".

"Compras" internacionais

O cenário de crise pode despertar o "apetite" de instituições internacionais sobre os bancos portugueses. O consenso volta a reinar nos especialistas quanto a esta matéria. "Em termos do 'timing' diria que qualquer fusão, ou aquisição deveria ser agora", considera Pedro Lino.

Apesar dos bancos de menor dimensão serem classificados como os mais "apetecíveis", o nome do BCP volta a ser mencionado. "Num mercado sem oposição política, o BBVA, por exemplo, avançaria para a compra do BCP", sublinhou Leonardo Mathias. Além de Espanha, a entrada mais viável surge dos parceiros "naturais" vindos de Angola, segundo a OK2Deal.

O economista João Duque não descarta a entrada de internacionais e refere que, no caso do BPN, "um banco internacional pode aproveitar para entrar com uma posição mais expressiva". ■



Leonardo Mathias
Director-geral da Schroders em Portugal e Espanha



João Duque
Economista do ISEG



Pedro Lino
CEO da corretora Dif Broker



Pedro Pintassilgo
Head of Retail Portfolio Management da F&C

"Julgo que os bancos mais pequenos terão de consolidar-se para sobreviver e poderão fazê-lo de duas formas: ou se especializam (...) ou se juntam, de forma a ganhar a dimensão e a massa crítica".

"Podemos assistir a movimentos de fusões entre bancos de menor dimensão com instituições financeiras maiores, se as exigências de capitais puserem em causa a sobrevivência desses bancos".

"Os bancos internacionais estão na mesma situação que os portugueses, à excepção de um ou dois. Em termos do 'timing' diria que qualquer fusão deveria ser agora, que a economia está deprimida, bem como as cotações".

"Penso que a acontecer essa consolidação será sobre os pequenos bancos, pressionadas pelas circunstâncias, e com o objectivo de reduzir o risco sistémico para evitar casos como os do BPP ou do BPN".



O arrasto na Bolsa de Lisboa

VÍTOR NORINHA
vnorinha@netcabo.pt



A Bolsa de Lisboa está a sofrer por tudo o que se passa nos mercados internacionais. O “downgrade” da S&P aplicado a 22 bancos americanos e os resultados de multinacionais dos EUA influenciaram negativamente, esta semana, as praças europeias. A Euronext Lisbon caiu por arrasto.

Construtoras, “utilities” e banca, de onde saem os títulos mais líquidos, foram aquelas que mais sofreram com a situação, com quedas abruptas. A Galp Energia está, invariavelmente, ligada às oscilações do preço do crude e depois de uma escalada que colou o barril de Brent na linha dos 70 dólares, nota-se uma ligeira inversão de tendência e, por isso, o mercado reagiu e antecipou. Comentários como o do economista Nouriel Roubini dão conta de que as actuais cotações do petróleo estão demasiado altas. No Invertia, o economista afirma que num cenário de subida daque-

la matéria-prima há o forte risco de uma espiral deflacionista, e não coloca de lado um novo “choque” caso o nível volte para os 100 dólares o barril. Recorde-se que o barril de petróleo já duplicou desde o ponto mais baixo atingido em Fevereiro deste ano, mas está a menos de metade do pico de Julho de 2008. No longo prazo é nítido que os preços irão subir, tendo em conta os contratos para entrega futura que apontam valores para os 90 dólares, a par de uma contínua especulação quanto a quantidades disponíveis.

Títulos das construtoras e dos bancos estão a sofrer quedas rápidas porque são os mais líquidos e o mercado volta a passar por um período de maior procura de liquidez. A meio da semana, uma nota

de “research” do Bank of America Merrill Lynch não favoreceu o Millenniumbcp, já que lhe dava um preço-alvo superior mas, mesmo assim, 12% abaixo da cotação do dia. A revisão em alta de 19% da UBS para a Jerónimo Martins também não favoreceu o título, que fechou a perder, independentemente de todos os indicadores serem positivos. Analistas consideram que a única justificação é a necessidade do regresso à liquidez. Esta semana registou-se mais um caso insólito, desta vez com as acções da Impresa, que chegaram a cotar nos dois euros, quando o preço médio tem sido de 84 cêntimos. No mercado houve especulação e embora o título tenha subido 140% na terça-feira e caído quase tanto, alguns investidores in-

“As actuais cotações do petróleo estão demasiado altas”

sistem em operações de concentração.

Na banca regista-se o sinal dado pelo secretário de Estado do Tesouro que no fórum do Diário Económico, realizado esta semana, assinalou a necessidade de maior concentração no sector, o que para alguns foi entendido como um sinal de futuro para o BPN. No mercado comenta-se a eventual absorção desta instituição por um grupo internacional. A banca está, por outro lado, a gerar preocupação devido às necessidades de financiamento que continuam a ser necessárias para compor os rácios de capital. O custo final das operações está, na generalidade dos bancos, à volta dos 6%, o que é elevado porque será este o valor, acrescido da margem, aquele que será repassado para o mercado. Pela positiva regista-se o facto do acesso a este crédito estar a ficar mais barato à banca nacional do que a congéneres espanhóis, italianos e ingleses.



Sobe e desce

Neuza Silva



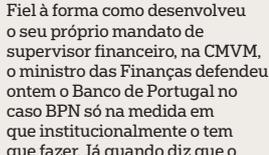
Neuza Silva vai disputar o quadro principal de um torneio do Grand Slam. E por mérito próprio. A tenista setubalense (155.ª do ranking mundial) ultrapassou as três eliminatórias do *qualifying* de Wimbledon e junta-se a Frederico Gil (entrada directa) e Michelle Brito (*wild-card*) no sorteio que hoje determinará a sua adversária na prova britânica. Mais um sinal dos progressos do ténis português. (Pág. 38) **J.M.M.**

António Chora



Se vier a haver alguma decisão radical em relação ao futuro da Autoeuropa, ela não será certamente da responsabilidade da Comissão de Trabalhadores. Antes pelo contrário. António Chora continua a mostrar que a concertação laboral é possível e compatível com a defesa dos direitos dos trabalhadores. Ainda que uma boa parte destes não o queira perceber. (Págs. 2/3) **P.F.**

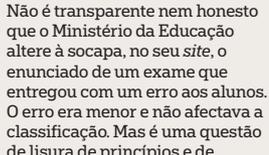
Teixeira dos Santos



Fiel à forma como desenvolveu o seu próprio mandato de supervisor financeiro, na CMVM, o ministro das Finanças defendeu ontem o Banco de Portugal no caso BPN só na medida em que institucionalmente o tem que fazer. Já quando diz que o Estado não meteu (ainda) um tostão no BPN... E na Caixa Geral de Depósitos, que por sua vez financiou o BPN? (Pág. 22) **P.F.**



Maria de Lurdes Rodrigues



Não é transparente nem honesto que o Ministério da Educação altere à socapa, no seu *site*, o enunciado de um exame que entregou com um erro aos alunos. O erro era menor e não afectava a classificação. Mas é uma questão de lisura de princípios e de exemplo, sobretudo quando se está a lidar com jovens. Não se deve fazer batota. (Pág. 12) **P.F.**



ID: 25595054

19-06-2009

BANCO PRIVADO

Cientes ameaçam com publicidade e tribunal

ALEXANDRA FIGUEIRA
afigueira@jn.pt

Diz ainda acreditar numa intervenção do Governo no Banco Privado, mas, se não, Jaime Antunes ameaça processar o Estado e fazer publicidade com a mensagem de que investir em bancos pequenos é perigoso.

A lógica de Jaime Antunes, da Privado Clientes – uma das associações de investidores de produtos de retorno absoluto do Banco Privado Português – é esta: o Governo recusa intervir no Privado (BPP) como interveio no Português de Negócios (BPN) porque não apresenta risco sistémico para a Banca, ou seja, a sua falência não é perigosa para a estabilidade do resto do sistema. E se assim é, diz Jaime Antunes, nenhum cliente de um banco pequeno está seguro. “Se o Governo tratar mal os clientes do BPP, podemos fazer uma campanha publicitária alertando para essa situação”, disse o responsável. “O BPP até pode ter



Privado pode motivar campanha publicitária e processo judicial contra o Estado

risco sistémico, depende dos clientes”, afirmou.

O responsável pela associação planeia pedir nova reunião ao ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que nunca se encontrou com os clientes, numa tentativa

de chegar a um consenso mais do agrado dos clientes, já que o actual plano do Executivo não garante o capital investido. Isto, mesmo depois de saber que José Sócrates juntou um parágrafo ao ponto final que as Finanças já ti-

nam posto no caso, ao recusar intervir directamente.

“O sr. primeiro-ministro disse duas coisas”, na entrevista de anteontem à noite, à SIC: “Que o banco terá uma morte assistida e que tem muita pena dos clientes. Mas está mal informado, porque o BPP tem três tipos de clientes”, disse. Um desses tipos é o que “investiu num produto de capital e juro garantido e data de maturidade: as características de qualquer depósito a prazo”, afirmou.

Tribunal é alternativa

Um segundo passo que a Privado Cliente poderá tomar é processar o Estado em tribunal, quando che-

Se o “retorno garantido estivesse contabilizado, via-se logo que o capital do banco não era suficiente”

gar “o momento certo”, sugestão aliás já dada a outras associações de clientes por Bruxelas.

“Quando os clientes contrataram com o BPP, o banco estava integrado no sistema, em que o supervisor tinha a obrigação de mandar adequar os seus capitais às necessidades”, disse. “Se os produtos de retorno absoluto estivessem contabilizados, via-se logo que o banco não tinha capital suficiente”, concluiu. ■

BRUNO SIMÕES CASTANHEIRA



Governo já deu orientações para a venda do BPN

Ministro das Finanças disse ontem que Administração do banco está a preparar-se para receber propostas



ANDRÉ KOSTERS/LUSA

Teixeira dos Santos garantiu aos deputados que o Estado "ainda não suportou um euro sequer" com a nacionalização do BPN

FÁTIMA MARIANO
fmariano@jn.pt

O ministro das Finanças revelou, na Comissão de Inquérito (CI) ao BPN, que o Governo deu instruções à Administração do banco para avançar com a alienação. E garantiu que o Estado não suportou um euro sequer com a instituição.

Teixeira dos Santos foi a última personalidade ouvida nesta comissão, criada para analisar a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), que se efectuou em Novembro do ano passa-

do, e a supervisão inerente. Audição que se iniciou às 19 horas e ainda decorria à hora de fecho desta edição.

Depois de alguns deputados terem dito que terão uma palavra a dizer sobre a alienação, o ministro afirmou que "essa é uma decisão do poder executivo", adiando que o Governo deu orientações à administração do BPN, na semana passada, através de um despacho, para que "à luz da lei" inicie o processo de venda do banco.

Maria de Belém Roseira (PS), presidente da CI, precisou de cha-



Palavras ditas

"Se há banco que nestes anos foi mais supervisionado foi o BPN, ao ponto de se queixar. Mas os sistemas de supervisão nem sempre têm capacidade para detectar actos fraudulentos.

Teixeira dos Santos
MINISTRO DAS FINANÇAS

mar a atenção para o facto de que "o futuro do BPN não é objecto desta Comissão".

Face às questões dos deputados relativas à necessidade de nacionalização do BPN, Teixeira dos Santos defendeu-se, dizendo que as imparidades detectadas pelas auditorias e gestão realizadas após essa operação mostram que esta foi a melhor decisão.

Porque "de um dia para o outro, o banco não tinha dinheiro, podia ter consequências desastrosas e risco sério de crise sistémica para o sistema", porque havia uma "situação de falência e incapacidade de cumprir os seus compromissos porque não tinha liquidez", foram as razões que sustentaram a decisão da nacionalização.

Teixeira dos Santos referiu ainda que, até ao momento, o Estado "não suportou um euro sequer" relativamente ao BPN, explicando que a CGD realizou operações de liquidez no banco avaliadas em 2,5 mil milhões de euros.

Honório Novo quer saber se o BPN concedeu um crédito ao Grupo Visabeira antes da nacionalização

No meio de uma troca de palavras mais acesa com Nuno Melo (CDS-PP) sobre a actuação do Banco de Portugal, o ministro acabou por criticar o facto de o deputado não ter tido "uma palavra a condenar os infractores".

No início da audição, Honório Novo pediu que fosse requerido "com urgência" ao BPN a data do último crédito concedido ao Grupo Visabeira (alvo de buscas por parte da Polícia Judiciária esta semana), para verificar "se essa concessão foi feita antes ou depois da privatização e da entrada de Francisco Bandeira".

O deputado comunista entregou também a Teixeira dos Santos um conjunto de documentos, que fez chegar antes a Vítor Constâncio, "com indícios de situações de fraude envolvendo pessoas que continuam na administração e gestão do BPN".

Segue-se discussão do relatório final, que será apresentado no Parlamento no dia 3 de Julho. ■

CARTA

Coimbra acusa Oliveira e Costa de vingança

► O accionista de referência da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) Joaquim Coimbra diz não se arrepender de ter afastado José Oliveira e Costa do grupo e que a intervenção do ex-banqueiro no Parlamento se traduziu num "conjunto de invenções, mentiras e insinuações" para se vingar.

Numa carta ontem entregue em mão à presidente da Comissão de Inquérito parlamentar, Maria de Belém Roseira, Joaquim Coimbra diz que Oliveira e Costa "individualizou" contra a sua pessoa "toda a animosidade [...] em relação aos accionistas do grupo" e que "não lhe custa descortinar a razão". "Não me arrependo de o ter feito", acrescenta Joaquim Coimbra, referindo-se à destituição de Oliveira e Costa. "Pode perceber-se a animosidade", já que este "tudo fez, até ao limite do possível, para se manter agarrado ao lugar", diz. O "ataque" de Oliveira e Costa visou "justificar a sua fúria ou alimentar instintos de vingança", acrescenta.

Joaquim Coimbra considera "redondamente falsa" a insinuação do antigo presidente do grupo de que os accionistas se opuseram à venda da SLN e que queriam a sua destruição. O accionista revela que até assinou acordos de venda que só "não foram materializados por falta de pagamento" dos alegados "compradores".

Na carta, Joaquim Coimbra lamentou, ainda, a recusa da Comissão de Inquérito parlamentar do BPN em conceder-lhe uma segunda audiência para rebater o que considerou serem "as graves inverdades" ditas por Oliveira e Costa.

A 26 de Maio, quando foi ouvido na Comissão de Inquérito ao BPN, Oliveira e Costa acusou Joaquim Coimbra de o ter "cozinhado em banho-maria" e um grupo de quatro accionistas - destacando Coimbra - de "manipulação dos factos" e de "preparar o desmantelamento" do grupo. ■

REACÇÕES

Deputados repudiam críticas do primeiro-ministro

➔ À excepção do PS, os representantes dos restantes partidos na Comissão de Inquérito ao BPN repudiaram as declarações do primeiro-ministro, proferidas na quarta-feira à noite em entrevista à SIC, que disse "ser chocante o ataque" feito pelos deputados ao governador do Banco de Portugal. José Sócrates referiu mesmo que a Comissão de Inquérito "foi solícita com quem fez uma gestão irresponsável [no BPN]".

As críticas foram feitas antes do início da audição do ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, e todas classificaram

como injustas as palavras do primeiro-ministro.

Hugo Veloso (PSD) considerou "inaceitável" que José Sócrates tenha colocado em causa o trabalho da Comissão de Inquérito e garantiu "nunca ter visto uma atitude de discriminação".

Já Nuno Melo (CDS-PP) foi mais acutilante, lembrando que "é o Parlamento que fiscaliza o Governo e não o Governo que fiscaliza o Parlamento". Frisou que o primeiro-ministro "manteve o silêncio quando um seu cabeça-de-lista se dirigiu em termos impróprios a esta Comissão" e lembrou



Maria de Belém recusou comentar entrevista do primeiro-ministro

que todos os partidos "rejeitaram a forma como o Bdp se recusou a entregar documentos pedidos".

Também as críticas de Honório Novo (PCP) seguiram na mesma linha. O deputado comunista, que se manifestou "inteiramente chocado", afirmou que rejeitam "que o primeiro-ministro assumira uma atitude de condicionamento dos trabalhos finais da Comissão".

O PS foi o único partido que apoiou as palavras de José Sócrates, afirmando que "a verdade é para ser assumida". "É verdade que durante os trabalhos tratámos algumas personalidades que aqui

vieram a rir e a brincar e outras de uma forma vigorosa", referiu o deputado Ricardo Rodrigues, acrescentando: "Esta Comissão de Inquérito não se deixa subjugar por interesses que foram passados por alguns de nós".

Maria de Belém Roseira (PS), presidente da Comissão de Inquérito, recusou comentar a entrevista de José Sócrates. Disse que sempre teve o cuidado "de explicar aos deputados que esta é uma Comissão de Inquérito e não de Inquisição", mas que "cada deputado tem o seu próprio estilo". **FM**



Supervisão falhada

A supervisão do Banco de Portugal falhou redondamente. O falhanço da supervisão bancária nos casos do Banco Português de Negócios e do Banco Privado Português tem um custo para todos os portugueses, que atingiu por ora os 1,6 mil milhões de euros no caso do BPN e os 450 milhões de euros no caso do BPP. Trata-se de um valor que ultrapassa o orçamento de toda a justiça portuguesa para 2009. Mas este falhanço da supervisão vai ter também um custo político nas próximas eleições legislativas. Os portugueses não esqueçam estes valores astronómicos, que lhes saem dos bolsos. E esse custo político será cobrado ao Governo, que é responsável pela nomeação do conselho de administração do Banco de Portugal e pela manutenção do seu governador em funções. Dito de modo simples, a manutenção do actual governador do Banco de Portugal é uma decisão política que vai custar caro ao primeiro-ministro.

Com efeito, o Banco de Portugal e o seu governador exercem dois tipos de supervisão: uma supervisão comportamental e uma supervisão prudencial. A supervisão comportamental consiste na vigilância da conduta dos membros dos órgãos de administração das instituições de crédito, bem como das pessoas que nelas exerçam cargos de direcção, gerência, chefia ou similares, que devem proceder nas suas funções com a diligência de um gestor criterioso e ordenado de acordo com o princípio da repartição de riscos e da segurança das aplicações e ter em conta o interesse dos depositantes, dos investidores, dos demais credores e de todos os clien-

tes em geral. A supervisão prudencial visa garantir que as instituições de crédito aplicam os fundos de que dispõem de modo a assegurar a todo o tempo níveis adequados de liquidez e solvabilidade. Para exercer as suas funções de supervisão, o Banco de Portugal pode emitir recomendações e determinações específicas para que sejam sanadas irregularidades, aplicar coimas, sanções acessórias e medidas provisórias, como a suspensão preventiva do exercício de funções dos administradores, e mesmo tomar medidas extraordinárias de saneamento, quando uma instituição de crédito se encontre em situação de desequilíbrio financeiro, traduzido na redução dos fundos próprios a um nível inferior ao mínimo legal ou na inobservância dos rácios de solvabilidade ou de liquidez. Entre as medidas extraordinárias, o Banco de Portugal pode ordenar a apresentação, pela instituição em causa, de um plano de recuperação e saneamento, designar administradores provisórios e impor restrições ao exercício de determinados tipos de actividade ou ainda a sujeição de certas operações ou de certos actos à aprovação prévia do Banco de Portugal. O Banco de Portugal pode até exigir a realização de auditorias especiais por entidade independente, por si designada, a expensas da instituição auditada.

Tudo isto o Banco de Portugal poderia e



estado de direito

Paulo Pinto de Albuquerque

O falhanço da supervisão bancária nos casos do BPN e do BPP já atingiu um custo de 1,6 mil milhões

deveria ter feito em tempo útil, quando surgiram os primeiros indícios e notícias de irregularidades várias naquelas instituições bancárias. Só finalmente em Dezembro de 2008 o Banco de Portugal nomeou administradores provisórios para o BPP e só em Fevereiro de 2009 suspendeu preventivamente das suas funções seis administradores do BPP. Por outro lado, o Governo concedeu uma ga-

rantia ao consórcio de bancos que emprestou ao BPP 450 milhões de euros em Dezembro de 2008 e desde então muito tempo passou sem que uma solução definitiva tenha sido encontrada, aguardando ainda os clientes que sejam honrados os depósitos no âmbito do mecanismo do Fundo de Garantia de Depósitos e seja resolvida a questão dos produtos de capitais garantidos. Ao invés, no tocante ao BPN, o Governo foi lesto em assumir os custos colossais do falhanço da supervisão bancária, nacionalizando o banco em Novembro último, sem que o cidadão comum tenha compreendido a disparidade de critério da intervenção pública. Não é apenas por esta política errática que o primeiro-ministro vai ter de prestar contas. Ao manter em funções o governador do Banco de Portugal, o primeiro-ministro fica também politicamente associado ao falhanço e às omissões graves da entidade supervisora. ■

Professor de Direito

política

BURACO DO BPN ATINGE OS 1,8 MIL MILHÕES DE EUROS

■ RUDOLFO REBÊLO

O buraco do Banco Português de Negócios, BPN, atinge "à data da nacionalização" 1,8 mil milhões de euros, de acordo com as duas auditorias para apurar o valor da instituição, ontem revelada por Fernando Teixeira dos Santos, ministro de Estado e das Finanças, na comissão parlamentar de inquérito ao banco que foi presidido por José Oliveira Costa.

O banco terá uma situação patrimonial e financeira desequilibrada em 2,2 mil milhões de euros e estava sem dinheiro para pagar depósitos dos clientes, o que justificou a nacionalização. Mas foi um Teixeira dos Santos, visivelmente bem disposto, que ontem foi respondendo com ironia, aos deputados.

Mas houve uma questão em que o ministro teve necessidade de "chutar para canto". Foi quando Honório Novo, deputado do PCP, questionou o ministro se o BPN tinha autorização da CMVM - Teixeira dos Santos era então responsável por este órgão de su-

pervisão - para comercializar produtos financeiros. "Estou aqui na qualidade de ministro das Finanças. Ninguém melhor do que a CMVM está à vontade para responder a essa questão", respondeu Teixeira dos Santos.

Nuno Melo, deputado centrista, como se esperava, começou por questionar a necessidade da nacionalização do banco, deixando implícito que foi o próprio Estado que provocou um desequilíbrio de meios financeiros do banco, quando a Segurança Social levantou 300 milhões de euros em sucessivas operações, entre Junho e Agosto do ano passado.

Teixeira dos Santos refutou esse cenário e referiu que as perdas detectadas após a nacionalização do banco, "demonstram que a decisão foi acertada". O centrista Nuno Melo invocou o plano Cadilhe para contrapor a necessidade de nacionalização do Estado. Teixeira dos Santos revelou, então, que o plano Cadilhe - nomeado pelos accionistas para a presidência do banco - previa uma injeção de cerca de 600 milhões de euros por parte do Estado, "quando na altura se estimava que as imparidades eram de 700 milhões de euros".

"Face ao que se conhece agora - imparidades no montante de 1,7 mil milhões de euros - o valor do capital," a injectar pelo Estado "seria duas vezes mais, ou seja, pelo menos 1,5 mil milhões de euros", referiu Teixeira dos Santos, seguindo a linha do plano Cadilhe para a recuperação do banco. "Teríamos um problema maior se não tivéssemos nacionalizado", concluiu em resposta aos deputados do PCP e do PP.

Teixeira dos Santos ainda teve tempo para criticar a proposta de Miguel Cadilhe, ao afirmar que a remuneração (juros) do capital do Estado a pagar pelos 700 milhões de euros, seria de apenas 5,2% (um ponto percentual acima dos juros pagos pelo Estado pelas Obrigações do Tesouro). Acresce, diz o ministro, que a "remuneração dos capitais" teria um período

Parlamento. Se o Banco Português de Negócios não fosse nacionalizado os contribuintes seriam obrigados a injectar mais de 1,5 mil milhões de euros no banco. Nuno Melo, deputado centrista, deixou implícito que foi a Segurança Social, ao retirar 300 milhões de euros em depósitos, que precipitou a entrada do Estado no banco. Teixeira dos Santos culpa a fraude



Teixeira dos Santos aproveitou para fazer reparos ao plano Cadilhe para o banco

bate-boca

Quem retira dinheiro do banco é quem nacionaliza
Nuno Melo

O senhor deputado está a insinuar que foi uma instituição pública que provocou a nacionalização do banco?
Teixeira dos Santos

O BPN esteve 10 anos sem licença para comercializar
Honório Novo

de carência - ou seja, não pagaria juros durante os primeiros anos. "O estado limitar-se-ia a colocar o dinheiro", sem ter poder de decisão.

Honório Novo, parlamentar comunista, criticou ainda a atitude do Estado em não nacionalizar o grupo SLN (accionista do BPN). Teixeira dos Santos alega que, face aos prejuízos de 600 milhões de euros, "isso servia ao interesse do grupo SLN. Os privados sentir-se-iam mais protegidos e os prejuízos passariam a ser problema do Estado". Honório Novo, acabaria por contra-argumentar com o valor do activo do grupo, "muito superiores ao passivo". ■

Banco recebe ordens para procurar comprador

Estado não suportou "um euro" com BPN, mas CGD já injectou 2,5 mil milhões, com aval estatal

"O Estado não suportou um euro", com a nacionalização do Banco Português de Negócios, referiu Teixeira dos Santos, ontem na comissão de inquérito, refutando que os contribuintes tenham "para já" de arcar com os prejuízos do banco nacionalizado em Outubro do ano passado. Teixeira dos Santos voltou a referir que o Governo tenciona vender o BPN, tendo já "mandatado" a administração para "agir em conformidade".

A operação de injeção de 2,5 mil milhões de euros, quase metade do custo do novo aeroporto de Alcochete, é simples: a Caixa Geral de Depósitos, CGD, - que, apedido do Estado, nomeou gestores para o banco falido - face à falta de liquidez (dinheiro) do BPN, colocou nos seus balcões "montantes da ordem dos 2,5 mil milhões de euros" para fazer frente aos depósitos de clientes e pagamentos de responsabilidades (empréstimos efectuados pelo banco).

Em contrapartida a esta injeção de dinheiro, o BPN emitiu pa-

pel comercial, com garantia do Estado, ao abrigo do programa de 20 mil milhões de euros dedicados à banca e anunciados pelo Executivo no final de 2008. Estes títulos - que representam 2,5 mil milhões de euros - estão na posse da Caixa Geral que em caso de necessidade de capital pode repassar ao Banco Central Europeu, como "colateral" (garantia) a levantamentos de dinheiros.

O Estado poderá ter de "entrar com dinheiro" dos contribuintes, caso a operação de recuperação do BPN seja um falhanço. Nesse cenário, o banco não paga os 2,5 mil milhões de euros e, então, o aval do Estado teria de ser accionado para pagar à CGD ou ao Banco Central Europeu.

A opção das Finanças é preparar a "reprivatização" do banco, havendo já manifestações de interesse, como já demonstrada pelo Montepio. Uma matéria cuja "decisão é do poder executivo" e não do Parlamento, afirma o ministro, referindo "que a lei será seguida". ■

M.ª de Belém não teve tempo para Coimbra

Joaquim Coimbra, empresário, accionista de relevo do Banco Português de Negócios, BPN, e destacado militante do PSD, entregou ontem uma carta à socialista Maria de Belém, presidente da comissão de inquérito ao caso BPN. "Recebi-a e despachei-a para a Comissão, ainda não tive tempo de a ler", afirmou Belém, após ter recebido o empresário. Na carta, Coimbra relata que não está arrependido de ter afastado o ex-presidente do banco, Oliveira Costa - actualmente detido em prisão preventiva. Joaquim Coimbra lamenta também a recusa de os deputados em não conceder-lhe uma segunda audiência que, afirma, serviria para refutar as "inverdades" proferidas por Oliveira Costa em comissão parlamentar.

BPN. Buraco do banco já atingiu os 1,8 mil milhões de euros. **POLÍTICA, pág. 8**





BPN

Coimbra diz que Oliveira e Costa foi bem afastado

• O accionista de referên-
• cia da SLN Joaquim Coimbra diz não se arrepen-
der de ter afastado José Oliveira Costa do grupo e que a intervenção do ex-banqueiro no Parlamento se traduziu num “conjunto de invenções, mentiras e insinuações”.

Numa carta a que a agência Lusa teve acesso exclusivo, Coimbra diz que a sua intervenção “não foi um acto indi-

Parlamento fez ontem 54^a e última sessão de inquérito

vidual”, mas resultou de uma “decisão colectiva” tomada por um grupo de accionistas.

Ao fecho desta edição, a comissão de inquérito à nacionalização do (BPN) ouvia o ministro das Finanças, na 54^a e última sessão de trabalhos.